



IG
MTSSS

Inspeção-Geral
do Ministério
do Trabalho,
Solidariedade e
Segurança Social

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

Abril de 2022



Índice

I. Nota Introdutória	2
II. Autoavaliação	3
II.1. Resultados alcançados e desvios verificados	3
II.1.1. Resultados Alcançados	3
II.1.2. Afetação de Recursos	5
II.2. Apreciação, pelos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados .	10
II.3. Avaliação do sistema de controlo interno	11
II.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes.....	15
II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho da IG	16
II.6. Comparação com o desempenho de serviços idênticos	18
II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores	18
II.8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no PA, com indicação dos resultados.....	20
II.8.1. Indicadores Gerais.....	20
II.8.2. Atividade Planeada	24
II.8.3. Atividade não Prevista	26
II.8.4. Publicidade Institucional	26
II.8.5. Programa de Responsabilidade Social.....	26
III. Balanço Social	28
IV. Avaliação Final.....	31
V. ANEXOS	32

I. Nota Introdutória

A atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (IGMTSSS) durante o ano de 2021 continuou a ser marcadamente condicionada pela pandemia de Covid-19.

A continuidade da situação, designadamente com substancial agravamento nos meses de janeiro e fevereiro, implicou, por um lado, que a Inspeção-Geral não pudesse realizar diligências junto dos serviços objeto das ações que estavam em desenvolvimento, ou estivesse altamente condicionada na sua realização, em alguns meses do ano, e, por outro lado, o atraso significativo no fornecimento de dados por parte das entidades auditadas.

Desenvolveram-se e concluíram-se, designadamente, auditorias referentes a Planos de Atividades de anos anteriores e foi possível iniciar as 11 auditorias previstas no Plano de Atividades de 2021. Das concluídas, destacam-se quatro inerentes ao controlo da despesa pública e outras quatro na área da ação social.

As disposições que regulam o regime de mobilidade interna, designadamente intercarreiras, e a existência de carreiras não revistas, em especial a carreira de inspetor superior ainda em vigor em alguns organismos, continuam a ser fortes condicionantes ao desenvolvimento estável e adequado da atividade inspetiva pela Inspeção-Geral por exercerem uma pressão/atração significativa dos trabalhadores da carreira especial de inspeção.

Em 2021 foram trabalhados 110 processos dos quais 16,4% correspondem a autuações de 2021, sendo que se procedeu ao arquivamento de 28 processos.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes definidas e divulgadas pelas entidades competentes (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços e Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social).

II. Autoavaliação

II.1. Resultados alcançados e desvios verificados

A atividade da Inspeção-Geral (IG) durante o ano de 2021 continuou a ser significativamente condicionada pela pandemia de Covid-19 que determinou:

- Que a IG não pudesse realizar diligências junto dos serviços objeto das ações que estavam em desenvolvimento, ou estivesse altamente condicionada na sua realização;
- Que ocorressem atrasos significativos na disponibilização de dados por parte das entidades auditadas;
- Que durante alguns meses do ano as ações inspetivas foram asseguradas pelos inspetores com a execução de trabalho em casa.

Estas situações tiveram impactos negativos ao nível dos resultados, designadamente na tempestividade e qualidade.

Saliente-se, também, que por força das disposições da Lei do Orçamento do Estado (LOE) de 2021 (nº 1 do artº 28º) foram incluídos nos Quadros de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2021 dos organismos objetivos relacionados com a boa gestão dos trabalhadores. No caso da IGMTSSS foi inscrito o seguinte objetivo:

- Na dimensão qualidade – Objetivo Operacional 6: Promover a utilização de horários de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (indicador: taxa de trabalhadores com decisão favorável à solicitação de jornada contínua).

II.1.1. Resultados Alcançados

A análise do Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2021 da Inspeção-Geral demonstra que os objetivos definidos e propostos superiormente à tutela foram todos atingidos (quatro superados), face aos indicadores e às metas estabelecidas, tendo alcançado, com apuramento efetuado a 31 de dezembro de 2021, o valor de **119,0** pontos, correspondente à menção qualitativa de *Desempenho Bom*, conforme Anexo I.

No que se refere aos dois objetivos de **Eficácia**, apresentam um valor global de **135,0%**, estando maioritariamente relacionados com a atividade planeada da IG.

O **primeiro objetivo de eficácia** (Auditar sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)) foi atingido decorrente da realização/conclusão de 14 auditorias face a uma meta estabelecida de 14 (Anexo II). O **segundo objetivo de eficácia** (Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas) foi superado em 100,0%, em resultado do continuado compromisso de acompanhar, ao longo do ano, a implementação, pelas entidades, das recomendações formuladas pela Inspeção-Geral nos seus relatórios.

Releva-se, em especial, que para atingir o primeiro objetivo foi determinante:

- A estabilidade ocorrida durante todo o ano ao nível do número de inspetores disponíveis;
- A conclusão de processos autuados em anos anteriores (dois de 2018 e nove de 2019).

Relativamente ao segundo objetivo, o resultado alcançado é o reflexo direto do contexto pandémico que promoveu o incremento do trabalho (controlo) de natureza administrativa no que se refere aos processos ativos decorrente da diminuição/inexistência de diligências junto das entidades.

Saliente-se, ainda, que a superação do segundo objetivo implicou que os inspetores e respetivos chefes analisassem em tempo útil os elementos reportados pelas entidades auditadas, elaborando informações propondo a atuação considerada adequada pela Inspeção-Geral, e os demais trabalhadores da área efetuassem um controlo de prazos dos processos rigoroso tendo em vista a sua apresentação tempestiva para despacho.

O objetivo de **Eficiência** (minimizar os tempos despendidos na elaboração dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas) foi atingido com uma taxa de realização de **97,8%**, ou seja, para uma meta estabelecida de 1,35 e uma tolerância de 0,05, obteve-se o resultado de 1,38 (dentro da margem de tolerância).

Este objetivo foi muito condicionado pelos fatores já referidos em II.1., sendo o seu resultado apurado com base em 3 auditorias que tiveram ainda trabalho de terreno em 2021.

Os três objetivos de **Qualidade** estabelecidos apresentam um valor global de **112,6%**, sendo de realçar que relativamente ao primeiro objetivo (garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas), 98,3% das recomendações efetuadas, no decurso das auditorias concluídas em 2021, foram aceites pelos organismos/serviços auditados (Anexo III), o que representa uma taxa de realização de **120,8%**.

Desde 2008 que este objetivo foi sendo fixado, progressivamente, de forma mais ambiciosa (desde 70% em 2008 até 90% em 2015 e anos seguintes, com um valor crítico de 100%), traduzindo a exigência colocada no aumento da qualidade da intervenção da Inspeção-Geral.

O segundo objetivo (assegurar a valorização profissional dos recursos humanos) decorre da Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2010, tendo-se atingido um resultado de **70,6%** face à meta fixada de 65%. O resultado alcançado representa uma **superação** do objetivo em 4,0% e justifica-se, essencialmente, pela realização de ações de formação asseguradas pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em “SIADAP” (15 participantes), “A Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021 (Webinar)” (15 participantes) e “Código do Procedimento Administrativo para juristas” (4 participantes).

De destacar também o “Curso de formação teórico de ingresso na carreira de inspeção” assegurado pela Inspeção-Geral e que contou com 6 participantes.

Quanto ao terceiro objetivo de eficácia, inscrito por força da LOE, objetivo operacional 6, (Promover a utilização de horários de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal), a meta estabelecida (80%) foi superada com o resultado de **100%** o que determina uma taxa de realização de **125,0%**. O valor alcançado resulta da política seguida na IG já há alguns anos, em matéria de gestão de recursos humanos, que procura proporcionar as condições laborais adequadas, incluindo horários, ao desenvolvimento da vida dos trabalhadores nas suas diferentes dimensões.

II.1.2. Afetação de Recursos

Ao nível dos recursos humanos, o valor executado de 543 pontos representa cerca de 89% do planeado (610 pontos), sendo que a origem do desvio negativo de 67 pontos reside,

essencialmente, na carreira de inspetor (-35 pontos) e na carreira de assistente técnico (-20 pontos)

Uma análise aprofundada ao nível das diferentes carreiras permite constatar:

- A saída ao longo do ano de 4 inspetores, 1 (em julho) por conclusão sem sucesso do curso de formação específico para integração na carreira especial de inspeção, 1 (em julho) em mobilidade para o exercício de funções de técnico superior, 1 (em outubro) por aposentação e 1 (em novembro) em comissão de serviço;
- A entrada ao longo do ano de 7 inspetores, 3 (em janeiro) que regressaram da Autoridade para as Condições do Trabalho por término das requisições, 2 (em março) por fim da mobilidade interna e 2 (1 em abril e 1 em junho) por cessação das comissões de serviço;
- A saída de 1 assistente técnico (em dezembro) por aposentação e de 1 assistente operacional (em setembro) por concurso;
- A entrada de 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional (em setembro), na sequência de concursos, para início dos períodos experimentais.

A leitura dos dados permite constatar a ocorrência de movimentos significativos no âmbito da carreira inspetiva, com impactos contrários, mas mantendo-se, no global, o número de efetivos ao longo do ano, evidenciando, assim, uma situação de relativa estabilidade.

Os movimentos de saída vêm evidenciar a realidade que tem sido constatada nos últimos anos que se traduz numa pressão significativa ao nível dos trabalhadores da carreira inspetiva por via das disposições legais em matéria de mobilidade intercarreiras (que permite a mobilidade de inspetores para o exercício de funções de técnico superior mantendo a remuneração de inspetor sem os ónus inerentes) e pela existência de carreiras não revistas, como é o caso da carreira de inspetor superior, cujas condições remuneratórias e de evolução na carreira são muito mais atrativas do que a da carreira especial de inspeção. Note-se que esta última decorreu, essencialmente, da revisão da carreira de inspetor superior.

Saliente-se, ainda, que no âmbito da integração dos novos inspetores realizou-se o curso de formação teórico que envolveu, em 2021, 6 inspetores e 51 horas de formação (dando origem a um volume de formação de 306 horas), que foram na sua totalidade asseguradas por dirigentes, chefes e inspetores da IGMTSSS.

Ao nível financeiro, a IG dispôs, em 2021, de um orçamento disponível de 2.199.678 € (face a 2.191.419 € em 2020), financiado em 90,0% pelo Orçamento da Segurança Social e em 10,0% pelo Orçamento do Estado (OE), conforme quadro *infra*.

Quadro 1 - Orçamento por Fonte de Financiamento (2018-2021)

Fonte de Financiamento	2018		2019		2020		2021	
	Valor (a)	%	Valor (a)	%	Valor (a)	%	Valor (a)	%
OSS	1.869.621	90,0	1.941.323	93,4	1.974.519	90,1	1.980.207	90,0
OE	206.941	10,0	137.168	6,6	216.900	9,9	219.471	10,0
TOTAL	2.076.562		2.078.491		2.191.419		2.199.678	

(a) - Dotações Disponíveis

Saliente-se que o orçamento disponível em 2021 é praticamente idêntico ao de 2020 (acréscimo de 0,04%).

A taxa de realização do Orçamento situou-se nos 89,4%, sendo que as taxas de realização do Orçamento de Estado e do Orçamento da Segurança Social se situaram, respetivamente, nos 94,6% e nos 88,8%.

Quadro 2 - Recursos Financeiros (2021)

Orçamento	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Dotação Disponível	Pagamentos*	Taxa de Execução
OSS	2.075.933	2.075.933	1.980.207	1.758.434	88,8%
OE	219.471	219.471	219.471	207.710	94,6%
TOTAL	2.295.404	2.295.404	2.199.678	1.966.144	89,4%

* extraídas as reposições abatidas aos pagamentos

O quadro seguinte evidencia a evolução da despesa:

Quadro 3 - Evolução da despesa de 2020 a 2021, por classificação económica

Classificação Económica da Despesa	2020	2021		Variação % 2020/2021
	Valor	Valor	Peso %	
Despesas de Pessoal	1.497.990	1.762.433	89,6	+17,7%
-Remunerações Certas e Permanentes	1.214.609	1.416.686	72,1	+16,6%
-Abonos Variáveis e Eventuais	14.967	31.929	1,6	+113,3%
-Segurança Social	268.414	313.818	15,9	+16,9%
Aquisição de Bens e Serviços	212.144	201.893	10,3	-4,8%
-Aquisição de Bens	3.781	2.471	0,1	-34,7%
-Aquisição de Serviços	208.363	199.422	10,1	-4,3%
Outras Despesas Correntes	0	306	0,0	-
Aquisição de Bens Capital	0	1.512	0,1	-
Total	1.710.134	1.966.144	100,0	+15,0%

A leitura do quadro supra permite constatar que o volume total de despesa de 2021 apresenta um acréscimo significativo (+15,0%) relativamente a 2020, decorrente do forte aumento das despesas com pessoal (+17,7%). O principal fator que está na origem desse acréscimo no volume de despesa com pessoal é o regresso à Inspeção-Geral, quer dos inspetores que se encontravam “requisitados” na Autoridade para as Condições do Trabalho, na sequência das decisões governamentais relativas à Pandemia de Covid-19, quer de outros inspetores que estavam em mobilidade ou no exercício de cargos dirigentes.

No que respeita à estrutura dos encargos, as despesas com pessoal constituem a rubrica mais expressiva (89,6%), sendo de salientar que o aumento do volume total desta despesa em 2021 face a 2020 (+264,4 mil euros) justifica-se pela conjugação de vários fatores, de sentido contrário, especialmente relacionados com a movimentação ocorrida no domínio dos recursos humanos, conforme já explicado.

Das variações verificadas ao nível das rubricas orçamentais salientam-se:

- Pessoal dos quadros (+16,6%, passou de 968.644€ para 1.123.932€);

- Subsídio de férias (+40,7%, passou de 74.202€ para 104.366€);
- Ajudas de custo (+113,3%, passou de 14.967€ para 31.929€);
- Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Segurança Social (respetivamente +14,5%, passou de 188.476€ para 215.735€, e +37,9%, passou de 68.560€ para 94.552€), evidenciando a alteração do perfil dos inspetores em matéria de idade e antiguidade na função pública, saindo inspetores que descontavam para a CGA e entrando inspetores que descontam para a Segurança Social.

No que se refere às despesas com a aquisição de bens e serviços, tiveram um decréscimo de 4,8% (-10.251€), com a aquisição de bens a decrescer 34,7% (passou de 3.781€ para 2.471€) e as despesas com aquisição de serviços a diminuir 4,3% (-8.941€, passou de 208.363€ para 199.422€).

Ao nível da aquisição de bens releva-se a diminuição dos encargos com material de consumo clínico (passou de 1.543€ para 121€). No domínio da aquisição de serviços, salienta-se que o valor global de 2021 é menor que o de 2020, sendo este decréscimo explicado em grande medida pela diminuição das seguintes despesas:

- Encargos com instalações (-4.646€), devido ao trabalho no domicílio no âmbito da Pandemia de Covid 19;
- Formação (-2.610€);
- ESPAP (-2.214€), por alteração do perfil do contrato;
- Vigilância e Segurança (-2.140€), na sequência dos sucessivos procedimentos desenvolvidos pela Secretaria-Geral.

Em geral, os dados orçamentais evidenciam a prossecução de uma gestão extremamente rigorosa e parcimoniosa dos dinheiros públicos disponíveis, realizando-se apenas as despesas estritamente indispensáveis ao desenvolvimento das atribuições da Inspeção-Geral.

Tal como previsto em sede do Plano de Atividades, a maior parte do volume de despesas com aquisição de bens e serviços (excluindo a renda que representa 51% do total) teve na sua origem processos aquisitivos centralizados pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral.

II.2. Apreciação, pelos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados

Considerando a missão e as atribuições cometidas à Inspeção-Geral, assim como os seus objetivos, a sua atividade encerra especificidades que não são compatíveis com os questionários tipo existentes e divulgados para utilização na aferição deste aspeto no âmbito da autoavaliação. O questionário tipo está exclusivamente direcionado para entidades que têm serviços de atendimento ao público, o que não é o caso da IGMTSSS e das demais Inspeções-Gerais.

Acresce que os principais clientes da atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral são os Membros do Governo do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e as entidades auditadas, não se entendendo adequado realizar questionários de satisfação junto dos mesmos.

Face a estes constrangimentos, nos anos de 2009, 2010 e 2011, considerou-se que a aferição do nível de apreciação dos serviços prestados fosse efetuada, nomeadamente, através do grau de aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações da IGMTSSS, constituindo uma forma de objetivar a qualidade da intervenção da Inspeção-Geral.

No entanto, esta solução, em sede de parecer sobre as autoavaliações de 2009, 2010 e 2011, não foi sancionada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) que então referiu:

- “...procurar-se-á, junto dos restantes GEP/GPEARl encontrar uma forma de obter um indicador uniforme e conveniente.” (2009);
- “...o GEP, ao longo das reuniões do GT do CCAS, foi levantando essa questão, sobretudo junto dos representantes do Ministério das Finanças. No entanto, até à data não se conseguiu obter a informação pretendida, tal como em relação a outras questões. Aguarda-se, por isso, que ao longo dos trabalhos que se encontram programados iniciar no final do 3º trimestre, relativamente à revisão da Matriz de Excelência, se proceda a uma clarificação de vários critérios, entre os quais se encontra o da dificuldade de adaptação do questionário de avaliação dos utilizadores.” (2010 e 2011).

No que se refere aos anos de 2012, 2013 e 2014 o GEP não acrescenta argumentos aos já por si apresentados e atrás expostos.

A Inspeção-Geral continua a entender que a solução adotada, face às características da sua intervenção, é uma alternativa viável. Note-se que esta aferição é realizada em sede de

contraditório, isto é, no momento em que se analisa as observações que foram efetuadas pelos organismos auditados no âmbito do Princípio do Contraditório.

Assim, conforme referido anteriormente, durante o ano de 2021, os organismos auditados aceitaram e concordaram em implementar 98,3% das recomendações formuladas pela IG, o que apenas pode refletir um elevado nível de satisfação com os serviços da Inspeção-Geral (Anexo III).

A IGMTSSS, apesar de não incluir na sua orgânica qualquer função de atendimento ao público, possui um formulário na sua página eletrónica para apresentação de queixas/denúncias/reclamações/participações, bem como um endereço de correio eletrónico à disposição dos cidadãos.

No que a estes meios de comunicação diz respeito, a totalidade das situações expostas em 2021 e recebidas na IGMTSSS, no total de 1280, tiveram como objeto a atuação/intervenção de outros serviços/organismos, bem como matérias cuja atuação/intervenção de primeira linha se encontra legalmente atribuída a outras entidades, sendo que a Inspeção-Geral não foi visada em nenhuma das exposições recebidas.

Consequentemente, as situações identificadas foram encaminhadas para os organismos/serviços competentes, sem prejuízo da IGMTSSS ter continuado a acompanhar as diligências por estes realizadas e os resultados alcançados, nas situações que o justificaram.

II.3. Avaliação do sistema de controlo interno

A avaliação do sistema de controlo interno da IGMTSSS teve por base:

- O questionário que, para o efeito, foi disponibilizado no Guião sobre Monitorização e autoavaliação SIADAP1/QUAR, 3ª versão, setembro de 2010 (Anexo IV);
- Os termos de referência e os questionários¹ utilizados nas auditorias realizadas no âmbito da Lei de Enquadramento Orçamental no quadro de funcionamento do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI) (Anexo V).

¹ De acordo com a metodologia utilizada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, compreendendo, quanto ao controlo interno, os seguintes cinco componentes – Ambiente de Controlo; Avaliação do Risco; Sistemas de Informação; Atividades de Controlo; Monitorização dos Controlos.

A IGMTSSS é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, dispondo, em 2021, para a realização, contabilização e pagamento das despesas dos sistemas aplicacionais desenvolvidos no âmbito do Ministério das Finanças (GeRFiP, abrangendo os domínios de gestão contabilística e de recursos financeiros, estando subjacente a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública e SRH).

A partir de fevereiro de 2014, as atribuições da então Inspeção-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social nos domínios dos recursos humanos, formação profissional nas matérias transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial foram integradas na Secretaria-Geral do Ministério, em cumprimento do estabelecido na alínea a) do art.º 30º do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro².

Esta alteração de competências suscitou a definição e implementação de mecanismos de articulação com a Secretaria-Geral para o exercício adequado das atribuições, que foram consubstanciados num Acordo de Cooperação subscrito por ambos os organismos.

A atividade inspetiva da IGMTSSS encontra-se padronizada e normalizada, suportada num Manual de Procedimentos designado “Manual de Procedimentos da Atividade de Missão” que compreende todas as fases das ações (abertura, planeamento, execução, relatório provisório, contraditório, relatório definitivo, encaminhamento do relatório, acompanhamento e encerramento). Acrescem, nos domínios da padronização e normalização, os princípios e normas internacionais de auditoria, entre as quais se incluem as relativas à ética e à conduta e o manual de procedimentos para a auditoria desenvolvido no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado.

A Inspeção-Geral tem uma estrutura matricial que inclui um Centro de Competências de Inspeção (CCI) e uma Área Técnica e de Suporte. O CCI era constituído em 2021 por três Equipas Multidisciplinares, tendo sido atribuídas às respetivas chefias competências de coordenação operacional das mesmas, bem como de gestão da assiduidade, da pontualidade, faltas e de avaliação do desempenho dos elementos da sua Equipa.

O sistema de controlo interno vigente na IGMTSSS caracteriza-se pelos seguintes aspetos:

² Lei orgânica do então Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

1. Ambiente de Controlo

- Estabeleceram-se contactos regulares (reuniões mensais e contactos informais) entre a Direção e os Chefes de Equipa Multidisciplinares e realizaram-se reuniões semanais dos Chefes de Equipa;
- Existem manuais de procedimentos e um Código de Conduta;
- O planeamento da atividade encontra-se subordinado e é realizado de acordo com as linhas definidas em documentos de orientação estratégica;
- São solicitados contributos aos funcionários para o planeamento da atividade, o qual cumpre os requisitos legais.

2. Estrutura organizacional

- A estrutura organizacional obedece ao definido no diploma orgânico;
- Existem despachos de delegação de competências, nomeadamente no que se refere à realização de despesas, à gestão financeira e patrimonial e à gestão de pessoal;
- Foram realizadas diversas ações de formação, quer por iniciativa do trabalhador (autoformação), quer promovidas pela Inspeção-Geral e Secretaria-Geral.

3. Atividades e procedimentos de controlo financeiro e administrativos implementados

- O diploma orgânico encontrava-se integralmente regulamentado, estando refletido no organograma da IGMTSSS (Anexo VI);
- Reconhecem-se e estão formalizados os fluxos de informação e comunicação através do recurso a redes partilhadas e *Intranet*;
- Está garantido o cumprimento do disposto no artigo 23º do Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, identificando as assinaturas dos intervenientes em todos os processos administrativos;
- Toda a atividade é monitorizada por instrumentos que foram implementados. De salientar que a atividade inspetiva é desenvolvida, já desde 2006, com base num planeamento em dias úteis de trabalho, cujo reporte é efetuado semanalmente, permitindo, a todo momento, saber exatamente qual o ponto de situação face ao programado e a adoção de medidas corretivas quando se justifique;

- É utilizado, sempre que possível, um sistema de registo biométrico de assiduidade do pessoal;
- Foram exarados despachos que visam disciplinar e informar os colaboradores sobre matérias relativas ao funcionamento da Inspeção-Geral e às tarefas atribuídas a cada um;
- Ao nível das despesas e do património, as operações de autorização, aprovação, execução, registo e custódia encontram-se definidas e são realizadas de forma a existir um controlo das mesmas;
- Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos são objeto de controlo mensal pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSSS e pela DGO;
- Tendo em vista o prosseguimento de uma estratégia de contenção de despesas e do seu controlo rigoroso, todas as despesas são autorizadas exclusivamente por um dos elementos da Direção. Assim, apenas são realizadas as despesas estritamente necessárias ao desenvolvimento da atividade da Inspeção-Geral;
- Encontram-se implementados mecanismos de controlo das ajudas de custo e das despesas com transportes por deslocações em serviço;
- As medidas adotadas ao nível do controlo financeiro permitiram alcançar resultados com sucesso no que concerne à relação entre o valor total executado e o orçamentado e ao prazo médio de pagamento a fornecedores;
- Os bens patrimoniais encontram-se cadastrados e inventariados em aplicação informática própria, com atualizações regulares.

4. Fiabilidade dos sistemas de informação

- A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e *software* é assegurada pelo Instituto de Informática do MTSSS;
- Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pelo Ministério das Finanças, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação;

- O circuito documental (correspondência e processos de todos os tipos, incluindo os de natureza inspetiva) encontra-se suportado por uma aplicação informática, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação e da atividade processual;
- Existem bases de dados relativas à atividade inspetiva, sendo que a relativa às ações de controlo financeiro é inserida numa base *on-line* disponibilizada e partilhada pelos organismos que constituem o SCI, designada por "SIAUDIT".

II.4. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

Conforme já foi referido, todos os objetivos do QUAR foram alcançados (4 superados e 2 atingidos) face às metas estabelecidas. No que concerne especificamente ao Plano de Atividades de 2021, estavam previstas:

- A realização de 11 ações de auditoria;
- Análise e tratamento das reclamações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Ações de acompanhamento às conclusões e recomendações formuladas em relatórios anteriores;
- Atividade reativa e outra.

Durante o ano foram iniciadas 11 ações de auditoria, encontrando-se no final do ano:

- Concluídas – 1 auditoria (relatório definitivo elaborado e entregue para homologação);
- Em curso – 9 auditorias (3 em elaboração de relatórios provisórios, 4 em execução/trabalho no terreno e 2 em planeamento);
- Suspensas – 1 auditoria.

O principal fator que esteve na origem da não execução ou conclusão de ações foi, conforme já referido em II.1., a continuação da situação de pandemia por Covid-19.

Esta situação teve impactos significativos no desenvolvimento da atividade inspetiva, com contornos específicos tal como se encontra explicado em II.1., salientando-se novamente a impossibilidade ou restrição de diligências junto das entidades objeto da intervenção por parte da IG, o atraso significativo na disponibilização de dados por parte das entidades auditadas e o trabalho em casa.

Acresce, no geral, um conjunto de causas associadas ao facto da atividade operacional planeada no PA de 2021 não ter sido integralmente executada e concluída até 31.12.2021, como seja:

- O planeamento de um número de ações que considere, por um lado, a capacidade inicial disponível em matéria de recursos humanos, e, por outro, a eventual obtenção de ganhos de eficiência, de forma a garantir um trabalho contínuo ano após ano;
- A conclusão durante o ano de 2021 de 13 ações de Planos de anos anteriores;
- A realização de 6 ações extraordinárias, de natureza reativa (3 processos de averiguações, 2 processos de inspeção e 1 processo de auditoria), determinadas superiormente, envolvendo um número significativo de inspetores que deixaram de estar disponíveis para serem afetados tempestivamente às auditorias do Plano;
- A complexidade das matérias em algumas auditorias em que foram apuradas situações de eventual responsabilidade financeira, sendo que estas últimas, só por si, implicam a dilatação dos prazos face à necessidade e obrigatoriedade de efetuar os respetivos contraditórios determinada pela Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

II.5. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho da IG

Neste ponto, cumpre expor, por um lado, as medidas que se pretende implementar com vista a um reforço positivo do desempenho do serviço e, por outro lado, cumpre evidenciar as condicionantes existentes ou previsíveis que podem vir a afetar os resultados a atingir.

No que diz respeito às medidas positivas a implementar e desenvolver no futuro, importa sublinhar as seguintes:

- Sensibilizar a tutela para a necessidade da existência de mais um chefe de equipa multidisciplinar de forma a constituir equipas com uma dimensão adequada que permitam no âmbito da sua gestão um maior envolvimento dos respetivos chefes na execução das ações no terreno;
- Continuar a garantir uma adequada formação e integração, no Centro de Competências de Inspeção, de 5 novos inspetores que concluíram o período experimental em março de 2022;

- Acentuar o processo de regresso à normalidade no desenvolvimento dos trabalhos de inspeção, com recurso à utilização de metodologias adequadas à realidade existente, estimulando o uso das tecnologias de informação disponíveis, procurando reforçar a dinâmica de articulação/funcionamento das equipas inspetivas;
- Generalizar a utilização do sistema de gestão documental de forma a permitir uma maior flexibilização ao nível da gestão dos trabalhadores;
- Reforçar a qualificação dos efetivos, através de ações/cursos de formação em áreas selecionadas que estejam relacionadas com a atividade desenvolvida;
- Incrementar a redução do tempo de elaboração e revisão dos relatórios provisórios de forma a minimizar o tempo que decorre entre o contacto da IGMTSSS e a entidade auditada e o conhecimento do relatório provisório;
- Aumentar a qualidade e a eficácia dos trabalhos, continuando a aperfeiçoar os relatórios para que os principais resultados sejam apresentados de forma clara e inequívoca.

Relativamente às condicionantes cumpre referir as seguintes:

- A situação de pandemia por Covid-19 que continua em 2022, com todas as restrições que impõe ao nível do desenvolvimento da atividade inspetiva;
- O Regime de mobilidade interna atualmente em vigor que permite a saída de inspetores sem pré-aviso e sem qualquer possibilidade de intervenção por parte da IG;
- A existência, em alguns organismos, incluindo no âmbito do MTSSS, da carreira de inspetor superior não revista (DL n.º 112/2001, de 06.04)³ que prevê na base de ingresso (após o período de estágio) uma retribuição de 2.108,9€ (vencimento de 1.737,04€ mais suplemento de função inspetiva de 22,5%) quando a carreira especial de inspeção atualmente em vigor na Inspeção-Geral atribui 1.684,93€ (-442,94€);
- Restrições orçamentais e imposição de limitações financeiras no âmbito das opções gestionárias em matéria de recursos humanos;
- Elevada diversidade das áreas integradas no universo de atuação da Inspeção-Geral.

³ Carreira que existia na Inspeção-Geral até 03.08.2009.

II.6. Comparação com o desempenho de serviços idênticos

Continua a não ser possível proceder a uma comparação com o desempenho de serviços idênticos, conforme previsto na alínea e) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2207, de 28 de dezembro, por não existirem dados disponíveis de outros organismos.

Trata-se de uma questão que se julga ser transversal (ao nível das inspeções-gerais e dos demais organismos) porquanto está em causa comparar resultados atingidos ou níveis de execução, referentes ao ano em análise, e não meras previsões ou objetivos propostos, sendo que no momento em que se está a elaborar o relatório de atividades os outros organismos também o estão a fazer não havendo, por isso, dados disponíveis.

Em 2011 a sugestão do GEP para estabelecimento de "...contacto com a Secretaria-Geral do ex-MTSS, para conhecimento do Relatório de *Benchmarking* entre as SG dos vários Ministérios e para obtenção de informação sobre a forma como foi elaborada a análise comparativa..." foi acolhida.

No entanto, constatou-se que se trata de um processo interativo entre as organizações, que implica a disponibilidade de todas, num contexto de estabilidade ao nível organizacional e de atribuições.

Atualmente, ao nível das inspeções-gerais, não se vislumbra existir tal contexto de forma a possibilitar o estabelecimento de contatos permanentes, envolvendo a troca de dados/informação, que permita proceder à comparação entre as diversas entidades com atividades similares.

Assim, continua a considerar-se que esta questão terá de ser abordada e resolvida de forma transversal ao nível da Comissão de Coordenação de Avaliação de Serviços, esperando-se novas informações que possam ser veiculadas pelo GEP conforme refere no parecer relativo ao desempenho de 2011 e 2012.

II.7. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores

Com o objetivo de aferir o grau de satisfação de dirigentes intermédios e demais trabalhadores da IGMTSSS relativamente a vários aspetos do seu serviço, foi efetuado, entre os dias 7 de março

e 12 de abril de 2022, um questionário de avaliação a todos os que, de forma anónima, quiseram participar. Para o efeito, foi usado o modelo constante do Anexo VII.

Do universo de 44 colaboradores que reuniam as condições para resposta à data de realização do questionário, 10 preencheram-no, o que representou uma taxa de resposta de 22,7%.

Em termos gerais, o grau de satisfação global foi positivo (3,98 – valor médio ponderado pelas percentagens das respostas), evidenciando-se que os colaboradores consideram-se “satisfeito” ou “muito satisfeito”, acima dos 50%, na totalidade das áreas objeto do inquérito (Anexo VIII).

Ainda em termos gerais cumpre referir os resultados no domínio da satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos (96%) e da satisfação com as condições de trabalho (85%), conforme Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos

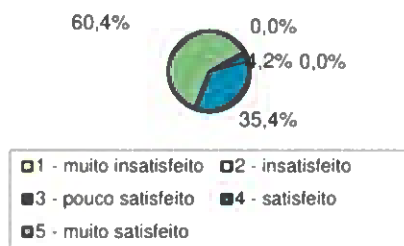
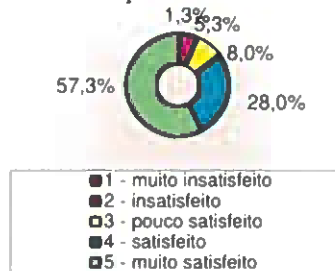


Gráfico 2 - Satisfação com as condições de trabalho



A nível desagregado salienta-se a motivação com o horário de trabalho (100%), com os equipamentos informáticos disponíveis (100%) e com a motivação em desenvolver trabalho em equipa (100%), assim como a satisfação com a imagem da IGMTSSS (90%).

Gráfico 3 - Horário de trabalho

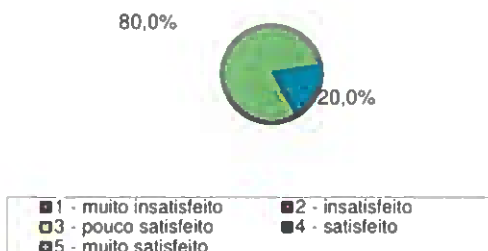


Gráfico 4 - Equipamentos informáticos disponíveis

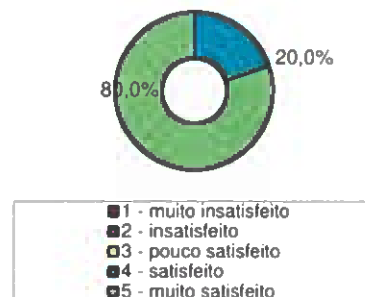
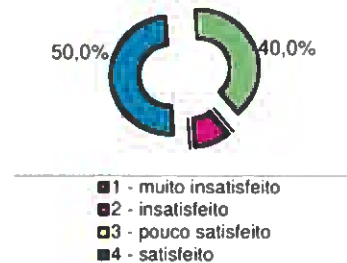


Gráfico 5 - Motivação para desenvolver trabalho em equipa



Gráfico 6 - Imagem da IGMTSSS

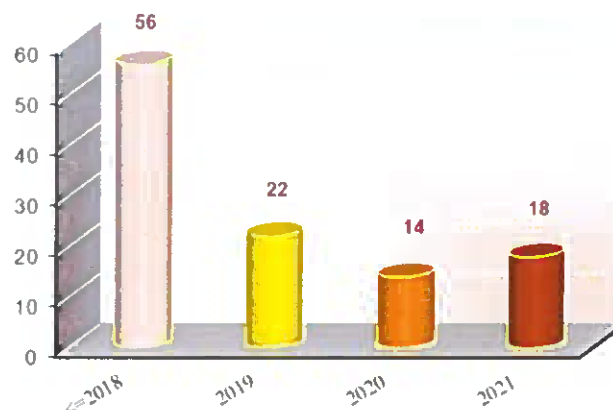


II.8. Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no PA, com indicação dos resultados

II.8.1. Indicadores Gerais

Durante o ano de 2021 foram trabalhados 110 processos (menos 6 que em 2020), correspondendo 16,4% a processos atuados em 2021 e os restantes processos a atividade iniciada em anos anteriores, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7 - Processos trabalhados por ano de autuação



Durante o ano de 2021, em 25,5% dos processos trabalhados (22,4% em 2020), foi proferido

despacho de arquivamento¹ - por estar concluído o trabalho - encontrando-se ainda pendentes 82 processos (16 dos quais autuados em 2021), conforme Quadro 4. De referir, ainda, que no decurso de 2021 foram reabertos 2 processos anteriormente arquivados, os quais foram rearquivados ainda em 2021.

Quadro 4 – Processos em curso e arquivados em 2021

Processos	Ano de Autuação				Total
	< = 2018	2019	2020	2021	
Arquivados em 2021	18	5	3	2	28
Em curso a 31/12	38	17	11	16	82
Total	56	22	14	18	110

A IGMTSSS, enquanto entidade de controlo setorial do MTSSS, centra a sua atividade em ações de auditoria, as quais representam 73,6% dos processos trabalhados em 2021 (70,7% em 2020) distribuindo a sua atividade por dois vetores, conforme Quadro 5:

- Um correspondente aos de Auditoria e de Acompanhamento das recomendações resultantes de relatórios de auditoria, tipologias de processo que mais tempo e recursos absorvem e que, em conjunto, assumem preponderância no âmbito da atividade desenvolvida pela Inspeção-Geral (77,3% face a 73,3% em 2020);
- Um segundo, de atividade reativa, correspondente aos processos de Averiguações/Inspeções e inquérito, em que a IGMTSSS atua, quer por determinação superior, quer por sua iniciativa, para apuramento das razões/responsáveis por factos ocorridos nos serviços/organismos do MTSSS ou em entidades apoiadas/tuteladas por esses serviços (10,9% face a 12,1% em 2020).

Quadro 5 – Processos trabalhados em 2021 por tipologia

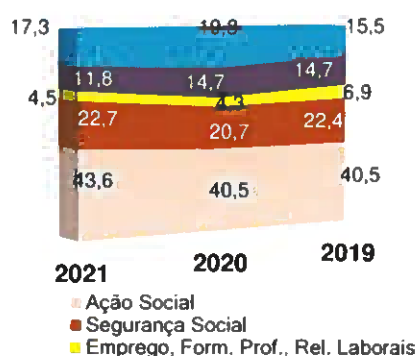
Tipologia de processo	2019	2020	2021	
	%	%	n.º	%
Acompanhamento	2,6	2,6	4	3,6
Administrativo	10,3	14,7	13	11,8
Averiguações/Inspeções	10,3	11,2	10	9,1
Auditoria	75,9	70,7	81	73,6
Inquérito/Sindicâncias	0,0	0,9	2	1,8
Disciplinar	1,0	0,0	0	0,0
TOTAL			110	

¹ Foram proferidos 28 despachos de arquivamento, sendo que 24 desses despachos corresponderam a primeiros arquivos.

De referir, ainda, em 2021, o número de processos atuados face a queixas apresentadas no âmbito da discriminação em razão da deficiência e risco agravado de saúde, assédio em contexto laboral, bem como do atendimento prioritário, matérias em que esta Inspeção-Geral possui atribuições, os quais representaram 11,8% dos processos trabalhados em 2021.

Em relação às áreas temáticas de intervenção, verificou-se, em 2021, um aumento do número de processos trabalhados nas áreas da Ação Social (43,6%, face a 40,5% em 2020) e Segurança Social (22,7%, face a 20,7% em 2020), as quais representam em conjunto 66,3% do total, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 - Processos trabalhados por área de intervenção



No que concerne ao âmbito geográfico em que a IGMTSSS desenvolveu a sua atividade, os dados de 2021 continuam a registar, em consequência da continuidade de uma atividade planeada vocacionada para intervenções mais amplas sobre as diferentes temáticas, uma preponderância das ações com abrangência nacional (51,8% face a 49,1% em 2020), concentrando-se, a restante atividade, primordialmente, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte (16,4% e 12,7%, respetivamente), conforme Quadro 6.

Quadro 6 - Processos trabalhados por incidência geográfica

Região	2019	2020	2021	
	%	%	n.º	%
Norte	14,7	14,7	14	12,7
Centro	10,3	11,2	13	11,8
Lisboa e Vale do Tejo	19,8	18,1	18	16,4
Alentejo	3,4	5,2	7	6,4
Algarve	0,9	1,7	1	0,9
Âmbito Nacional	50,9	49,1	57	51,8
TOTAL			110	

As entidades que são objeto de intervenção da Inspeção-Geral são ouvidas no âmbito do princípio do contraditório⁵, nos termos previstos no artigo 12º do Decreto-Lei nº 276/2007, de 31 de julho.

É de realçar, ainda, que a maioria dos processos trabalhados deu origem à elaboração de recomendações e propostas às entidades alvo de intervenção ou ao acompanhamento de recomendações e/ou situações específicas já anteriormente objeto de análise e/ou relato, o que evidencia o carácter pedagógico das intervenções da IG e o compromisso desta no acompanhamento das situações que o justificam.

Cumpre, ainda, referir a comunicação, em 2021, de situações apuradas no decurso da intervenção desta Inspeção-Geral, aos serviços:

- Do Tribunal de Contas, em 2 processos, por existência de situações suscetíveis de eventual responsabilidade financeira sancionatória e/ou reintegratória;
- Do Ministério Público, em 1 processo, por existência de factos suscetíveis de indiciarem ilícitos criminais;
- Da Autoridade Tributária e Aduaneira, em 1 processo, por existência de situações que configuram infrações tributárias;
- Da Inspeção-Geral de Atividades em Saúde, em 1 processo, a dar conhecimento de factos suscetíveis de constituírem potenciais conflitos de interesse;

⁵ Salvo se tal procedimento for suscetível de causar prejuízo ao rigor, operacionalidade e eficácia da ação, aos interesses legalmente protegidos de terceiros ou estiverem em causa factos com eventual relevância criminal.

- Ao Instituto da Segurança Social, em 1 processo, por existência de factos que indiciavam a acumulação indevida de pensões e atividade remunerada.

Por último, importa salientar que a IGMTSSS recebe exposições, denúncias e reclamações diversas através de duas vias de correio eletrónico: correio institucional e um formulário disponível na página eletrónica do serviço. Recebidas estas comunicações, a Inspeção-Geral procede ao encaminhamento/tratamento das mesmas, regra geral, por via eletrónica.

Durante o ano de 2021, foram recebidas 1280 exposições (731 através do formulário e 549 através do correio institucional), tendo a IGMTSSS efetuado:

- 762 reencaminhamentos diretos das situações para o(s) organismos/serviços responsáveis, em 1ª linha, pelo tratamento das matérias expostas;
- Análise prévia em 342 situações, com vista à determinação da forma de atuação desta Inspeção-Geral (designadamente através de solicitação de informações aos organismos visados ou instauração de processos inspetivos) ou de reencaminhamento, após apreciação, para a entidade responsável pelo tratamento das matérias expostas.

De todas as exposições recebidas ressalta que a IGMTSSS não foi visada, diretamente, em nenhuma delas e que 66,9% dos reencaminhamentos diretos foram para o Instituto da Segurança Social, IP.

No que concerne às temáticas abordadas, as mais significativas são as relativas a questões laborais (21,7%), IPSS/equipamentos sociais (13,2%) e pensões (10,98%).

II.8.2. Atividade Planeada

Durante o ano de 2021, no que se refere à execução da atividade planeada, conforme Anexo IX:

- Foram iniciadas 11 auditorias, sendo que destas, no final do ano uma encontrava-se concluída, 9 encontravam-se em curso e uma suspensa;
- Foram concluídas 11 ações de auditoria referentes aos Planos de 2018 a 2020, encontrando-se ainda em curso 5 auditorias, 2 das quais já em fase de elaboração do relatório definitivo.

De salientar que, a partir de abril de 2014, a Inspeção-Geral passou a ter a competência para

tratar os processos de reclamação dos serviços e equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na sequência do despacho de Sua Excelência o então Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de 30.04.2014. Durante o ano de 2021 foram apreciadas 110 reclamações (123 em 2020) que implicaram a afetação de um técnico superior, num total de 64 dias úteis de trabalho, conforme se demonstra no Quadro 7:

Quadro 7 – Reclamações da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Motivos	Reclamações		
	Em suporte físico	No livro eletrónico	Total
Atendimento desadequado	37		37
Falta de apoio económico	35	2	37
Procedimentos adotados serviços/serviços prestados	28	3	31
Falta qualidade serviços	5		5
Total	105	5	110

Analisados os motivos das reclamações, constata-se que a maioria das mesmas se refere a recusa da concessão ou insuficiência do apoio concedido e ao atendimento prestado pelos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (33,6% cada).

Relativamente à atividade planeada cujos relatórios foram homologados durante o ano de 2021, as principais deficiências assinaladas foram ao nível (conforme Anexo X):

- Do cumprimento dos normativos legais aplicáveis;
- Do funcionamento dos serviços auditados;
- Da definição e exercício de competências;
- Dos sistemas de informação e de controlo interno implementados.

Face às deficiências detetadas, as principais recomendações formuladas foram (conforme Anexo XI):

- Emissão/alteração de normativos legais/internos;
- Melhoria do controlo interno implementado;
- Melhoria dos sistemas de informação/informáticos utilizados;
- Uniformização de procedimentos.

Saliente-se que nos 24 processos com relatórios homologados em 2021 foram apurados montantes incorretamente pagos a beneficiários/entidades/trabalhadores que ascenderam a

cerca de 3.369,4 mil euros. Para além dos montantes apurados, a deteção das situações permitiu proceder à cessação imediata dos pagamentos com o apuramento de uma poupança anual estimada de 94,0 mil euros.

II.8.3. Atividade não Prevista

No ano de 2021 a IGMTSSS desenvolveu seis intervenções (1 iniciada em 2018, 4 iniciadas em 2020 e 1 iniciada em 2021) que não estavam previstas no Plano de Atividades:

- 4 processos (3 de averiguações e 1 de auditoria) respeitantes a factos ocorridos em organismos do MTSSS, tendo-se concluído o processo de auditoria que envolveu 2 inspetores, num total, em 2021, de 63,5 dias de trabalho. Os processos de averiguações (2 iniciados em 2020 e 1 em 2021), transitaram para 2021, tendo envolvido o trabalho de 4 inspetores, num total, em 2021, de 243,5 dias de trabalho;
- 1 processo de inspeção à concessão de apoios, acompanhamento e fiscalização da Segurança Social a uma IPSS, que envolveu, em 2021, 5 inspetores, num total de 355 dias de trabalho, cuja conclusão transitou para 2022;
- 1 processo de inspeção a factos ocorridos em Instituições Particulares de Solidariedade Social/Mutualidades, que envolveu 3 inspetores, num total, em 2021, de 20,5 dias de trabalho, o qual foi concluído em 2021.

II.8.4. Publicidade Institucional

Em cumprimento do nº 2 do artigo 7º da Lei nº 95/2015, de 17.08, informa-se que a Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social não realizou iniciativas de publicidade institucional.

II.8.5. Programa de Responsabilidade Social

A responsabilidade social nas organizações privadas e públicas tem assumido, nos últimos anos, um papel preponderante nos modelos de gestão, uma vez que permite envolver os colaboradores

de forma voluntária, incorporando os interesses das partes envolvidas nas estratégias definidas pela organização e na implementação das suas atividades.

O Programa de Responsabilidade Social da Inspeção-Geral do então Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social foi aprovado pelo despacho n.º 4/IG/2011, de 04/04, do Senhor Inspetor-Geral.

Durante o ano de 2012, por despacho de Sua Excelência o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, datado de 26/04/2012, foi criada a Rede para o Desenvolvimento da Responsabilidade Social no MESS, designada Rede Por Todos, onde se encontram integrados todos os serviços e organismos do Ministério. Em setembro de 2019 foi objeto de ajustamento, reorientando-se na sua abordagem, passando a designar-se “Rede do MTSSS para a Sustentabilidade”.

Nesta nova fase, torna-se necessário repensar os contributos do Ministério para a sustentabilidade a partir de ideias base como a capacidade que as organizações do MTSSS têm para interagir com o mundo, preservando meio ambiente com justiça social e eficiência económica, de modo a não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

Assim, pretende-se que a ação deste Rede esteja focada na sustentabilidade e adote uma abordagem com quatro eixos de intervenção – social, ambiental, económico e cultural, cujos resultados permitam contribuir para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A IGMTSSS tem participação ativa nas atividades desenvolvidas pela Rede, procurando, igualmente, manter a sua atividade no âmbito da responsabilidade social ao nível da organização de atividades institucionais.

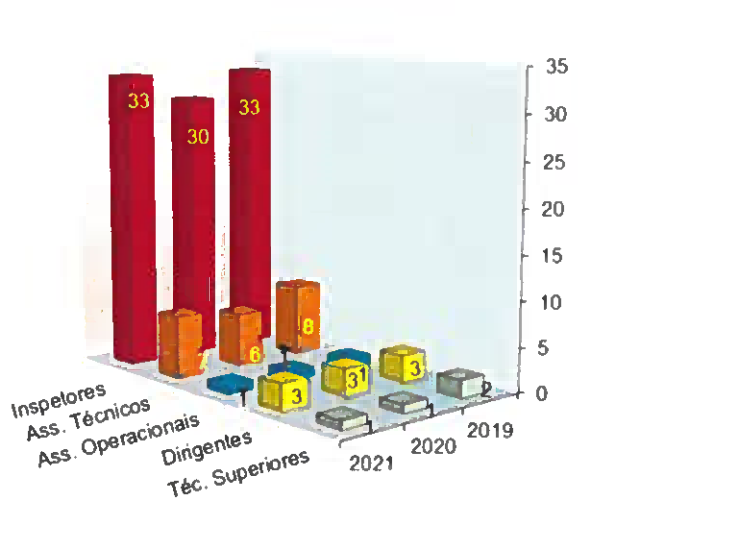
Os indicadores de Responsabilidade Social constam do Anexo XII.

III. Balanço Social

A 31.12.2021, encontravam-se ao serviço da IG um total de 45 efetivos, conforme Balanço Social, que constitui o Anexo XIII⁶.

A evolução dos recursos humanos, por carreira profissional, no triénio 2019-2021 encontra-se refletida no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Evolução do nº de Efetivos por grupo de pessoal



Em 2021, o número de efetivos em funções na IGMTSSS aumentou quatro unidades, fruto do regresso de 7 inspetores (na sequência de cessação de funções noutros organismos - 5 e de cessação de comissão de serviço - 2), do início de funções de 3 elementos (subinspetor-geral, assistente técnico e assistente operacional) e da saída de 3 inspetores (por início do exercício de funções noutros organismos - 1, por comissão de serviço - 1, e por não conclusão, com aproveitamento, do período experimental - 1), bem como a cessação da comissão de serviço de 1 dirigente e a aposentação de 2 trabalhadores (1 inspetor e 1 assistente técnico).

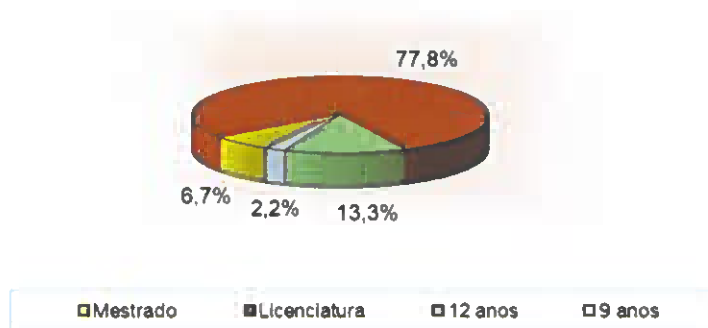
⁶ À mesma data encontravam-se a exercer funções fora do organismo 22 trabalhadores, 21 da carreira de inspeção e 1 assistente operacional.

Do total de efetivos a exercer funções na Inspeção-Geral, 22 são homens e 23 mulheres, o que representa uma estabilidade da taxa de feminização - 51,1% (51,2% em 2020). Registou-se, ainda, a manutenção de uma taxa de tecnicidade em sentido lato⁷ elevada (82,2%), o que deriva diretamente do número de inspetores em funções.

Qualitativamente, os efetivos a prestar serviço na IGMTSSS evidenciavam, em 31/12/2021, uma média etária de 48,33 anos (47 em 2020) e uma antiguidade média de 17,53 anos (17,5 em 2020), sendo de salientar que 51,1% dos efetivos têm mais de 50 anos (46,3% em 2020) e somente 4 (9,1%) têm menos de 35 anos, conforme quadros do Balanço Social.

A nível de habilitações académicas, a IG apresenta um indicador de formação superior⁸ de 84,4% (85,4% em 2019) e a seguinte estrutura habilitacional:

Gráfico 10 - Estrutura Habilitacional



Em 2021, o grau de absentismo situou-se nos 2,70% (3,37% em 2020). Analisada a tipologia das ausências ao trabalho, constata-se que 38,0% das mesmas ocorreram na sequência de doença.

Ao nível da formação profissional, em 2021, verificou-se uma ligeira diminuição do número de participações em atividades formativas (86, face a 88 em 2020), conforme quadro *infra*.

⁷ Indicador de tecnicidade (sentido lato) = [(pessoal técnico superior + médico + docente + informático + técnico + técnico profissional) / total de efetivos] * 100

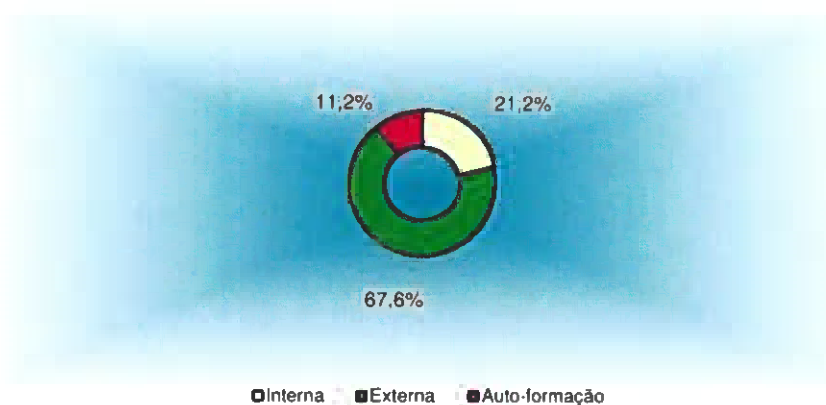
⁸ Ind. de formação superior = [(bacharelato + licenciatura + mestrado + doutoramento) / total de efetivos] * 100

Quadro 8 - Participações em Ações de Formação por grupo de pessoal

Ações de Formação	Dirigentes	Técnico Superior	Inspeção	Ass. Téc.	Ass. Oper.	TOTAL
Total de Participações	4	1	76	5	0	86

Durante o ano de 2021, **70,59% dos efetivos participaram em ações de formação**, destacando-se o recurso à formação externa (67,6%), a maioria da qual através da oferta formativa disponibilizada pela Secretaria-Geral do Ministério, conforme consta do gráfico seguinte.

Gráfico 11 – Volume de formação por tipologia



As ações de formação frequentadas ocuparam um total de 1.520 horas, abrangendo diversas áreas, com predomínio das áreas de Direito e Enquadramento na Organização (45,2% e 20,1%, respetivamente), conforme Anexo XIV.

IV. Avaliação Final

Considerando tudo o que fica exposto e, particularmente, os resultados alcançados em 2021, ao abrigo do disposto no art. 18º, n.ºs 1 e 3 da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, proponho que à Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social seja atribuída a menção qualitativa de *Desempenho Bom*, por ter atingido todos os seis objetivos, superando quatro objetivos.

O Inspetor-Geral

Paulo Jorge
Carvalho de Brito

Digitally signed by Paulo Jorge Carvalho
de Brito
DN: c=PT, o=Inspeção-Geral do Ministério
do Trabalho, Solidariedade e Segurança
Social, cn=Paulo Jorge Carvalho de Brito
Date: 2022.04.18 13:13:18 +0100

V. ANEXOS

Anexo I – Quadro de Avaliação e Responsabilização da IGMTSSS de 2021

Anexo II – Ações concluídas em 2021 aos sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do MTSSS

Anexo III – Mapa sobre o grau das recomendações aceites

Anexo IV – Listagem de questões sobre Sistema de Controlo Interno

Anexo V – Questionários utilizados no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado

Anexo VI – Organograma

Anexo VII – Questionário de satisfação dos trabalhadores

Anexo VIII – Resultados do questionário de satisfação dos trabalhadores

Anexo IX – Ações realizadas/desenvolvidas em 2021

Anexo X – Áreas onde foram detetadas as principais deficiências

Anexo XI – Áreas onde foram formuladas as principais recomendações

Anexo XII – Programa de Responsabilidade Social - Indicadores

Anexo XIII – Balanço Social

Anexo XIV – Ações de formação 2021

Anexo I

Quadro de Avaliação e Responsabilização



Ciclo de Gestão

2021

Designação do Serviço/Organismo:

Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Missão:

Apreciar a legalidade e regularidade dos atos praticados pelos serviços e organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social ou sujeitos à Tutela do respetivo Ministro, bem como avaliar a sua gestão e os seus resultados, através do controlo de auditoria técnica, de desempenho e financeira.

Objetivos Estratégicos (OE)

- OE1: Melhorar os sistemas e procedimentos de controlo interno dos serviços e organismos do MTSSS, contribuindo para a qualidade da despesa pública.
- OE2: Contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de gestão e controlo nos domínios da atribuição, manutenção e pagamento de pensões e de outras prestações, com o foco no rigor, na celeridade e na salvaguarda dos direitos
- OE3: Promover a transparência e a exigência na relação do Estado com os cidadãos e a economia social
- OE4: Reforçar a intervenção da IGMTSSS, através do aumento da eficiência dos recursos
- OE5: Aumentar a qualidade das metodologias e dos documentos produzidos
- OE6: Desenvolver uma boa gestão dos trabalhadores

Objetivos Operacionais (OP)

EFICÁCIA

											PESO:	35%
OP1: Auditar os sistemas e os procedimentos de controlo interno dos serviços e organismos do MTSSS ou tutelados											Peso:	65%
Ind.	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
1	Número de auditorias concluídas	17	16	9	14	1	17	100%	$\frac{\text{somatório das auditorias concluídas}}{\text{somatório das auditorias concluídas}}$	14	100,0	0%
Taxa de Realização do OP1											100%	

											Peso:	35%
OP2: Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas aos organismos auditados											Peso:	35%
Ind.	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
2	Relação entre a soma das solicitações efetuadas relativas a relatórios associados a processos não arquivados e dos processos atuados de acompanhamento das recomendações formuladas e o n.º de relatórios em acompanhamento de recomendações em 2021	104,7%	114,6%	177,6%	100%	0	125%	100%	$\frac{[(n.º \text{ de solicitações efetuadas relativas a relatórios associados a processos não arquivados} + n.º \text{ de processos de acompanhamento de recomendações atuados}) / n.º \text{ de relatórios homologados associados a processos não arquivados, sendo que só são contabilizados relatórios homologados até } 30/09/2021]}{n.º \text{ de relatórios homologados associados a processos não arquivados, sendo que só são contabilizados relatórios homologados até } 30/09/2021}] * 100}$	200,0%	200,0	100%
Taxa de Realização do OP2											200%	

											PESO:	10%
OP3: Minimizar os tempos despendidos na elaboração e revisão dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas nas ações do Plano de Atividades de 2020											Peso:	100%
Ind.	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
3	Média da relação entre o número de dias afetos pela equipa inspetiva à elaboração e revisão do relatório provisório e o número de dias previsto nos planos de ação para elaboração dos referidos relatórios	1,22	1,35	1,39	1,35	0,05	1,09	100%	$\frac{\text{Somatório dos rácios entre o n.º de dias efetivamente afetos pela equipa inspetiva em cada ação do plano de atividades de 2020 com trabalho de terreno em 2021} / n.º \text{ de dias previstos em plano de ação para cada ação do plano de atividades de 2020 com trabalho de terreno em 2021}}{n.º \text{ de relatórios provisórios do plano de atividades de 2020 com trabalho de terreno em 2021 remetidos para contraditório}}$	1,38	97,8	-2,2%
Taxa de Realização do OP3											97,8%	

											PESO:	55%
OP4: Garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas											Peso:	7,5%
Ind.	Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
4	Valor médio das percentagens de recomendações aceites nas auditorias realizadas	95,3%	93,1%	99,2%	90%	2,5	100%	100%	$\frac{[(\text{Somatório dos rácios entre o n.º de recomendações efetuadas em sede de relatório provisório objeto de contraditório acres das entidades auditadas} / n.º \text{ de recomendações efetuadas em cada relatório provisório objeto de contraditório}) / n.º \text{ de relatórios cujo contraditório ocorreu em 2021}] * 100}$	98,3%	120,8	20,8%
Taxa de Realização do OP4											119,8%	

OPS: Assegurar a valorização profissional dos recursos humanos											Peso:	57,5%	
Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio		
Ind. 5	Grau de cobertura das ações de formação (medido em função da percentagem de trabalhadores com acesso a ações de formação no ano)			94,74%	92,45%	66,1%	65%	0	100%	100%	(n.º de colaboradores ao serviço em 2021 que participaram em ações de formação profissional em 2021 / n.º total de colaboradores ao serviço em 2021)*100	104,0	4,0%
Taxa de Realização do OPS											104,0%		
OP6: Promover a utilização de horários de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal											Peso:	35%	
Indicadores	Realizado 2018	Realizado 2019	Realizado 2020	Meta 2021	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio		
Ind. 6	Taxa de trabalhadores com decisão favorável à solicitação de jornada contínua			dado não disponível	dado não disponível	100	80	0	100	100%	(n.º de colaboradores em jornada contínua em 2021 / n.º de colaboradores que pretendem ter jornada contínua em 2021)*100	125,0	25%
Taxa de Realização do OP6											125%		
Objetivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento													
	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6							
Objetivo Estratégico 1	X	X		X									
Objetivo Estratégico 2	X	X		X									
Objetivo Estratégico 3	X	X		X									
Objetivo Estratégico 4			X		X	X							
Objetivo Estratégico 5			X	X	X								
Objetivo Estratégico 6					X	X							
OBJETIVOS RELEVANTES (n.º 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12)			Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respetivo parâmetro	Peso de cada objetivo na avaliação final	Objetivos Relevantes							
Eficácia				100%									
OP1				65%	22,75%	ex: relevante							
OP2			35%	35%	12,25%								
Eficiência				100%									
OP3:			10%	100%	10,00%								
Qualidade				100%									
OP4:				7,5%	4,13%								
OP5:			55%	57,5%	31,63%	ex: relevante							
OP6:				35%	19,25%	ex: relevante							
Total			100%			73,63%							
<small>Os intervenientes afetados são relativos apenas aos trabalhos de apoio por serem decorrentes da contribuição para a execução final, portanto, não apresentando qualquer impacto, sendo o orçamento do ponto mesmo, variável das atividades.</small>													
RECURSOS HUMANOS											Dias úteis 2021 (só considerados feriados)	231	
DESIGNAÇÃO	Pontuação CCAS	Pontuação efetivos planeados 2021			Pontuação efetivos Executados 2021			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERME / UERHP			
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERME	Pontuação Executada						
Dirigentes - Direção Superior	20	3	636	60	3	590	64	0	106,04%	92,77%			
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	3	665	48	3	678	49	0	102,04%	102,03%			
Inspetor	12	33	6.838	396	30	7.032	361	-3	91,05%	102,84%			
Técnico Superior	12	2	224	24	1	228	12	-1	50,89%	101,79%			
Assistente Técnico	8	9	1.367	72	7	1.500	52	-2	72,41%	109,77%			
Assistente Operacional	5	2	231	10	1	251	6	-1	56,03%	108,66%			
		52	9.960	610	45	10.279	543	-7	89,03%	103,21%			
RECURSOS FINANCEIROS													
DESIGNAÇÃO	Planeado	Corrigido	Execução (30.jun.21)	Execução (31.dez.21)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)							
Orçamento de Atividades (Funcionamento)	2.295.404,00	2.295.404,00	961.521,00	1.966.143,95	86%	86%							
Despesas c/Pessoal	1.897.824,00	1.837.824,00	880.435,00	1.762.433,18	93%	93%							
Aquisições de Bens e Serviços	285.711,00	285.711,00	81.086,00	201.392,82	71%	71%							
Outras despesas correntes	52.339,00	64.361,00		306,00	1%	0%							
Despesas de Capital	59.470,00	47.508,00		1.511,95	3%	3%							
Orçamento de Projetos (Investimento)													
Despesas correntes													
Despesas de capital													
Outras													
Total	2.295.404,00	2.295.404,00	961.521,00	1.966.143,95	86%	86%							

Eficácia				135,0%
OP1	Auditare os sistemas e procedimentos de controlo interno de servios/organismos do MTSSS	65%	100%	
OP2	Assegurar a monitorização da adoção das recomendações formuladas aos organismos auditados	35%	200,0%	
Eficiência				97,8%
OP3	Minimizar os tempos despendidos na elaboração e revisão dos relatórios provisórios pelas equipas inspetivas	10%	100%	97,8%
Qualidade				112,6%
OP4	Garantir a aceitação, pelos organismos auditados, das recomendações formuladas	7,5%	120,8%	
OP5	Assegurar a valorização profissional dos recursos humanos	55%	104,0%	
OP6	Promover a utilização de horários de trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	35%	125,0%	
Total		100%		119,0%



Anexo II

**Ações concluídas em 2021 aos sistemas e procedimentos de
controlo interno de serviços/organismos do MTSSS**



Ações concluídas aos sistemas e procedimentos de controlo interno de serviços/organismos do MTSSS ou Tutelados

Ação	Ano do Processo
Auditoria às despesas com trabalho suplementar, ajudas de custo, transportes e alojamento - Gabinete de Estratégia e Planeamento	2019
Auditoria às despesas com trabalho suplementar, ajudas de custo, transportes e alojamento - Instituto da Segurança Social, IP	2019
Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - Autoridade para as Condições do Trabalho (área de despesas com pessoal)	2018
Auditoria à atribuição e gestão do subsídio de educação especial	2019
Auditoria à gestão e funcionamento das famílias de acolhimento de idosos e de pessoas adultas com deficiência	2019
Auditoria ao sistema de gestão, acompanhamento e controlo de acordos atípicos	2019
Auditoria à gestão e atribuição de apoios no âmbito da proteção jurídica	2020
Auditoria ao acompanhamento efetuado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional às entidades formadoras externas	2019
Auditoria à gestão do património - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	2019
Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - Instituto de Informática (área da contratação pública)	2019
Auditoria ao sistema de gestão, acompanhamento e controlo dos Lares Residenciais no distrito de Faro	2019
Auditoria à gestão e funcionamento da Associação Mutualista O Legado do Caixeiro Alentejano	2021
Auditoria ao cumprimento pelo Centro Distrital de Segurança Social de Évora das normas e orientações em vigor no contexto do surto de Covid-19 na ERPI da Fundação Maria Inácia Perdigão Vogado Silva	2020
Inspeção à Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista	2018



Anexo III

Grau de recomendações aceites



N.º	Tipo	Título	N.º Relatório	N.º de Recomendações inseridas em Relatório Provisório	N.º de Recomendações Acatadas	%
23/2020	AUD	Ao Cumprimento pelo Centro Distrital de Segurança Social de Évora das normas e orientações em vigor no contexto do surto de COVID-19 na ERPI da Fundação Maria Inácia Perdigão Vogado Silva	1/2021	1	1	100%
10/2018	AUD	Ao Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento na área das despesas com pessoal	2/2021	12	12	100%
12/2019	AUD	As Despesas com Trabalho Suplementar, Ajudas de Custo, Transportes e Alojamento (GEP)	3/2021	11	11	100%
12/2019	AUD	As Despesas com Trabalho Suplementar, Ajudas de Custo, Transportes e Alojamento (ISS)	4/2021	9	9	100%
23/2018	INSP	Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista	5/2021	15	15	100%
24/2019	AUD	À atribuição e Gestão do Subsídio de Educação Especial	6/2021	14	14	100%
27/2019	AUD	Ao Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controlo de Acordos Alargados	7/2021	8	7	88%
7/2019	AUD	À gestão e funcionamento das famílias de acolhimento de idosos e de pessoas adultas com deficiência	9/2021	8	8	100%
14/2019	AUD	À Gestão do Património - SCM de Lisboa	10/2021	12	12	100%
29/2019	AUD	Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Orçamento do Instituto de Informática (área da contratação pública)	11/2021	9	9	100%
16/2020	AUD	Auditoria à gestão e atribuição dos apoios no âmbito da proteção jurídica	12/2021	9	8	89%
30/2019	AUID	Ao Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controlo dos Lares Residenciais no Distrito de Faro	13/2021	7	7	100%
17/2020	AUD	Ao acompanhamento efetuado pelo IIEFP às entidades formadoras externas	14/2021	12	12	100%
5/2021	AUD	À gestão e funcionamento da Associação Mutualista O Legado do Caixeiro Alentejano	16/2021	12	12	100%
Média						98,3%



Anexo IV

Listagem de questões sobre Sistema de Controlo Interno



Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
I – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			<p>Estão instituídos procedimentos de controlo que se encontram assimilados pelos serviços e funcionários, sendo colocados em prática no exercício das funções, existindo mecanismos de acompanhamento e monitorização dos procedimentos, o que permite a existência de um ambiente de controlo adequado ao regular e normal funcionamento e exercício das atribuições que estão cometidas à IGMTSSS. Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos são objeto de controlo mensal pela DGO. Tendo em vista o prosseguimento de uma estratégia de contenção de despesas e do seu controlo rigoroso, todas as despesas são autorizadas exclusivamente por um dos elementos da Direção. Assim, apenas são realizadas as despesas estritamente necessárias ao desenvolvimento da atividade da IGMTSSS.</p> <p>Na IGMTSSS não existe um serviço com funções de controlo e auditoria interna. Existe código de conduta e manuais de procedimentos.</p> <p>Foram disponibilizadas e realizadas diversas ações de formação, quer por iniciativa do trabalhador (autoformação¹), quer promovidas pela IGMTSSS, das quais se destacam as promovidas pela Secretaria-Geral do MTSSS. Em média foram recebidas 34 de formação por trabalhador.</p> <p>Não existem dirigentes intermédios na IGMTSSS. Contudo, ao nível do Centro de Competências de Inspeção são realizadas reuniões mensais com os chefes de equipa multidisciplinares e são estabelecidos contactos regulares/ frequentes.</p>
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?			X	
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			<p>O Diploma Orgânico encontrava-se integralmente regulamentado e refletido no organigrama da IGMTSSS.</p>
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			<p>Existiam despachos de delegação de competências e de assinaturas, nomeadamente no que se refere às competências relativas à realização de despesas, gestão financeira e patrimonial e à gestão de pessoal.</p>
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			

¹ Muitas das vezes impulsionada pela IGMTSSS.

3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X	<p>No âmbito dos procedimentos de aquisição centralizados pela Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do MTSSS, têm sido elaborados, anualmente, planos de compras tendo em vista responder às solicitações efetuadas. Considerando o valor global despendido anualmente e os montantes destinados a essas aquisições e a encargos fixos decorrentes de contratos estabelecidos, cujo controlo é permanente, o nível de aquisições realizadas pela Inspeção-Geral tem uma natureza residual.</p>
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X	<p>Ao nível das despesas/ património as operações de autorização / aprovação / execução / registo / custódia encontram-se definidas e são realizadas de forma a existir um controlo das mesmas, atendendo, essencialmente, a uma adequada segregação de funções.</p>
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X	<p>Foram exarados Despachos que visam disciplinar e informar os colaboradores sobre matérias relativas ao funcionamento da IGMTSSS e às tarefas cometidas a cada um.</p>
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X	<p>O circuito documental (correspondência e processos de inspeção) encontra-se suportado por uma aplicação, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação processual.</p>
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X	<p>Estão definidas regras de forma a potenciar a garantia do registo tempestivo de todos os dados referente aos documentos entrados/ recebidos na IGMTSSS. Existe um circuito documental definido, sendo do conhecimento dos colaboradores as tarefas a realizar.</p>
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X	<p>Aprovado de acordo com o legalmente exigido.</p>
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X	<p>O plano foi monitorizado de forma sistemática e regular, tendo sido implementado medidas que previnem a ocorrência de efetivos fenómenos de corrupção no âmbito da atividade da IGMTSSS, as quais estavam previstas no plano em apreço.</p>

4 – Fiabilidade dos sistemas de informação

4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X	<p>A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática do Ministério e através de backup's. As aplicações existentes são as disponibilizadas pelo Ministério das Finanças – GeRFIP, SRH e SIGO.</p>
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X	<p>Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pelo Ministério das Finanças, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação.</p>
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X	<p>Os sistemas de informação financeira e de recursos humanos utilizados são disponibilizados pelo Ministério das Finanças, existindo mecanismos de garantia de fiabilidade da informação.</p>

4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?

X

O circuito documental e informacional (contabilidade, orçamental, patrimonial, correspondência e processos de inspeção) encontram-se suportados por várias aplicações informáticas, existindo estatísticas mensais e de controlo da situação processual que permitem a monitorização da informação com vista à tomada de decisões. Acresce que existe informação semanal relativa à atividade inspetiva que permite um controlo rigoroso da execução das ações e a adoção de medidas sempre que se revele necessário.

4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?

X

Através do Instituto de Informática.

4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?

X

A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática e através de backup's.

4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?

X

A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede e à troca de informações e software é assegurada pelo Instituto de Informática e através de backup's.

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.
Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.



Anexo V

Questionários no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado



Área	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS _____	Ref.º
AC		Revisto por PB _____	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
AC1	Integridade e ética						
1.1	Carta de missão						
1.1.1	Está formalizada carta de missão, contrato-programa e/ou contrato de gestão com a tutela?	X					
1.1.2	Estão formalizadas cartas de missão/objetivos para os dirigentes?	X					
1.1.3	É efetuada a sua monitorização?	X					
1.2	Código de ética						
1.2.1	Existem evidências quanto a uma valorização de valores éticos e integridade, designadamente, a existência de:	X					
1.2.1.1	... um código de conduta formalizado?	X				O Código de Conduta da IGMTSSS foi aprovado em 18/06/2021 e devidamente divulgado na mesma data.	
1.2.1.2	... devidamente divulgado?	X					
1.2.2	Não existem dirigentes/funcionários com acumulação de funções privadas e que prestem serviços ao próprio organismo?	X				Não se verificam situações de acumulação de funções na IGMTSSS	
1.3	Cultura organizacional						
1.3.1	Existem evidências de ações de promoção de uma cultura de controlo e de racionalidade na utilização de bens e serviços públicos?	X					
1.3.2	Existem evidências de medidas de reação e sanção a comportamentos que lesam a organização e/ou o interesse público?	X					
1.4	Gestão do risco						
1.4.1	Está criado um grupo de trabalho para esta temática?		X				
1.4.2	Existem planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas?	X					
1.4.3	Esses planos foram enviados aos órgãos de controlo setorial do respetivo ministério (i.e. Inspeções-gerais)?			X		O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da IGMTSSS foi remetido ao Tribunal de Contas	
1.4.4	Estão definidos mecanismos de prevenção e combate à fraude e corrupção?	X					
1.4.5	O sistema de gestão de riscos integrado:	X					
1.4.5.1	...encontra-se implementado?	X					
1.4.5.2	...é feita a sua monitorização?	X				São elaborados relatórios anuais	
1.4.5.3	...é desenvolvida a sua avaliação?	X					
1.4.5.4	...são corrigidos procedimentos?	X				Se necessário	
1.4.6	Estão identificadas as diferentes fontes de risco (acidentes/perdas/fraude e corrupção):	X					
1.4.6.1	...para o cliente/utente?					Para a identificação dos riscos foram identificados as áreas de atividade da IGMTSSS, tendo sido descritas, em cada uma delas as atividades onde se considera existir risco de corrupção/infrações conexas, identificada a tipologia de risco e classificado a mesmo quanto à sua intensidade (reduzido, moderado, elevado)	
1.4.6.2	...para a Instituição (falhas de organização, segurança, etc.)?						
1.4.6.3	...para o colaborador?						
1.4.6.4	...para o fornecedor/outras intervenientes?						
1.4.7	Quanto aos riscos:						
1.4.7.1	...estão hierarquizados por frequência/gravidade?	X					
1.4.7.2	...está feita a sua quantificação?	X					
1.4.7.3	...estão identificadas as suas verdadeiras causas?	X					
AC2	Estratégia e operacionalização das atividades						
2.1	Planeamento						
2.1.1	A atividade do organismo é objeto de planeamento mediante a elaboração de:						

Área	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS _____	Ref.º
AC		Revisto por PB _____	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
2.1.1.1	...planos estratégicos?	X					
2.1.1.2	...planos de atividade?	X					
2.1.1.3	...foram submetidos à respetiva tutela?	X					
2.1.2	Os planos de atividades foram elaborados de acordo com os planos estratégicos?	X					
2.1.3	São oportunamente elaborados e são consistentes com o orçamento aprovado?	X					
2.1.4	Estão adequadamente formalizados:	X					
2.1.4.1	...a missão do organismo?	X					
2.1.4.2	...os valores do organismo?	X					
2.1.4.3	...a visão do organismo?	X					
2.1.5	Os instrumentos de planeamento refletem o diploma orgânico?	X					
2.1.6	Resultaram de um processo participado?	X				É solicitada a colaboração dos colaboradores da IG para a elaboração do plano de atividades, sendo as suas sugestões analisadas e ponderadas na definição das ações integrar no mesmo.	
2.1.7	Estão divulgados (ex: site do organismo) e são reconhecidos pela organização?	X				Os planos de atividade são divulgados e reconhecidos pelos colaboradores	
2.1.8	Os planos estratégicos são objeto de revisão?	X					
2.1.9	O organismo promove a avaliação da sua atividade nos termos atualmente previstos em lei?	X					
2.1.10	Se aplicável o QUAR:						
2.1.10.1	...foi elaborado?	X					
2.1.10.2	...foi aprovado pela tutela?		X				
2.1.10.3	...está publicitado?		X				
2.3	Monitorização						
2.3.1	A atividade do organismo é objeto de monitorização mediante a elaboração de:						
2.3.1.1	...relatórios internos?	X				São efetuados reportes periódicos de monitorização	
2.3.1.2	...relatórios a organismos com competências de acompanhamento da atividade?			X			
2.3.2	O organismo desenvolve ações de inversão de desvios negativos?	X				Se necessário	
2.3.3	Relatórios de atividades:						
2.3.3.1	...são produzidos relatórios das atividades desenvolvidas?	X					
2.3.3.2	...resultam da participação das várias unidades orgânicas?	X					
2.3.3.3	...traduzem adequadamente a atividade desenvolvida no ano?	X					
2.3.3.4	...são elaborados em tempo oportuno?	X					
2.3.3.5	...estão publicitados (ex: no site do organismo)?	X					
AC3	Estrutura organizacional e sistema de informação						
3.1	Organização						
3.1.1	Organograma:						
3.1.1.1	...o organismo possui organograma?	X				O organograma encontra-se publicitado no site da IGM/TSSS	
3.1.1.2	...este reflete corretamente a orgânica aprovada?	X					
3.1.2	A estrutura organizativa:						
3.1.2.1	...permite que o organismo atinja os objetivos de gestão definidos?	X					
3.1.2.2	...prevê um número limitado de níveis hierárquicos?	X					
3.1.2.3	...responde satisfatoriamente à evolução da atividade do organismo?	X					

Área	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.º
AC		Revisto por PB	___/___/___	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
3.1.2.4	...está adaptada às condições humanas e materiais do organismo?	x					
3.2	Comunicação interna						
3.2.1	São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação interserviços?	x					
3.2.2	O processo de tomada de decisões está formalizado e é reconhecido pela organização?	x					
3.2.3	O processo está descentralizado?	x					
3.2.4	Existem contatos regulares entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	x					
3.3	Sistema de informação						
3.3.1	Os circuitos de documentos:						
3.3.3.1	...estão claramente definidos?	x					
3.3.3.2	...essa definição é expressa?	x					
3.3.2	Toda a documentação entrada e saída da entidade é objeto de registo e classificação?	x				É utilizada a solução de gestão documental e processual SmartDocs	
3.3.3	Os documentos são pré-numerados e processados por computador?	x					
AC4	Delegação de autoridade e responsabilidade						
4.1	Regulamentação orgânica						
4.1.1	O diploma orgânico encontra-se integralmente regulamentado?	x					
4.2	Delegação de competências						
4.2.1	Estão definidas, formalizadas e publicitadas delegações de competências ao nível do órgão de gestão?	x					
4.2.2	A competência para autorização da despesa está claramente definida?	x					
4.3	Cumprimento de objetivos						
4.3.1	A estrutura implementada e as regras de funcionamento instituídas garantem o cumprimento dos objetivos da gestão?	x					
4.4	Cumprimento de deliberações						
4.4.1	A estrutura implementada e as regras de funcionamento instituídas garantem o cumprimento das deliberações do órgão de gestão?	x					
4.4.2	No caso de existirem órgãos colegiais é garantido o cumprimento das deliberações desses órgãos e do disposto nos respetivos estatutos?			x			
4.5	Responsabilidades						
4.5.1	Existe um reconhecimento imediato das responsabilidades, autoridade e delegação no seio do organismo?	x					
4.5.2	Existem normas de competência para cada unidade funcional?	x					
4.5.3	As tarefas/atividades de cada unidade orgânica apresentam-se descritas de forma clara e detalhada?	x					
4.5.4	As responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos orçamentais:						
4.5.4.1	...estão claramente definidas?	x					
4.5.4.2	...essa definição é expressa?	x					
4.5.5	Os processos administrativos internos, informações, despachos que sobre eles foram exarados, bem como os documentos do sistema contabilístico:						
4.5.5.1	...identificam de forma bem legível os dirigentes, funcionários e agentes seus subscritores?	x					
4.5.5.2	...a qualidade em que o fazem?	x					

Área	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS	___/___/___	Ref.ª
AC		Revisto por PB	___/___/___	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.ª
AC5	Políticas de recursos humanos						
5.1	Políticas de recrutamento						
5.1.1	Estão concebidas políticas de recrutamento?	x					
5.1.1.1	... <i>devidamente formalizadas</i> ?		x				
5.1.1.2	... <i>estão implementadas</i> ?	x					
5.1.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.1.2.1	... <i>de acordo com o planeamento estratégico</i> ?	x					
5.1.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade</i> ?	x					
5.1.3	Existem normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à supervisão financeira em matéria de recrutamento?	x					
5.2	Políticas de formação					De acordo com o previsto na Lei Orgânica do MTSSS, a IGMTSSS foi objeto de reestruturação, tendo, a partir de fevereiro de 2014, as suas atribuições nos domínios de recursos humanos, formação profissional nas áreas transversais, negociação e aquisição de bens e serviços, financeiro e patrimonial sido integradas na Secretaria Geral do MTSSS.	
5.2.1	Estão concebidas políticas de formação?	x					
5.2.1.1	... <i>devidamente formalizadas</i> ?	x					
5.2.1.2	... <i>está implementadas</i> ?	x					
5.2.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.2.2.1	... <i>de acordo com o planeamento estratégico/plano de atividades</i> ?	x					
5.2.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade</i> ?	x					
5.2.3	Existem normas ou procedimentos que garantam a interligação entre a formação e a atividade desenvolvida?	x					
5.3	Avaliação do desempenho						
5.3.1	Estão concebidas políticas de avaliação de desempenho:					A avaliação de desempenho é efetuada de acordo com os princípios definidos pela SIADAP	
5.3.1.1	... <i>devidamente formalizadas</i> ?	x					
5.3.1.2	... <i>estão implementadas</i> ?	x					
5.3.2	As políticas foram desenvolvidas num quadro de equilíbrio e de rigoroso controlo:						
5.3.2.1	... <i>de acordo com os resultados da atividade desenvolvida</i> ?	x					
5.3.2.2	... <i>têm em conta os princípios de transparência e equidade</i> ?	x					
5.3.3	Existem normas ou procedimentos que garantam o acolhimento pela Direção de todas as matérias inerentes à avaliação do desempenho?	x					
AC6	Controlo e supervisão						
6.1	Estrutura e funções de controlo						
6.1.1	Existe um diretor financeiro ou equivalente?			x		A IGMTSSS não tem chefias intermédias nesta área. Conforme foi explicitado no ponto 5.2. do questionário, as competências no domínio financeiro e patrimonial foram integradas na SGMSSS, e por essa via tem o apoio do diretor financeiro da SG	
6.1.2	Auditor interno:			x			
6.1.2.1	... <i>existe auditor interno</i> ?						
6.1.2.2	... <i>depende diretamente do órgão de gestão (garantia da sua independência)</i> ?						
6.1.2.3	... <i>desenvolve a sua atividade conforme o estabelecido</i> ?						

Área		Preparado por SS	___/___/___	Ref.ª
AC		Revisto por PB	___/___/___	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
6.1.3	Fiscal único:			x			
6.1.3.1	...o organismo tem fiscal único (caso esteja consagrado legalmente ou previsto na sua lei orgânica)?						
6.1.3.2	...existe evidência da implementação das recomendações formuladas?						
6.1.4	Para além destes, existem outros órgãos internos com funções de planeamento, auditoria ou controlo interno:			x			
6.1.4.1	...formalmente constituídos?						
6.1.4.2	...com evidências da sua atividade?						
6.1.4.3	...com garantia de análise das suas recomendações?						
6.1.4.4	...e com evidências da sua implementação?						
6.1.5	Auditoria externa:						
6.1.5.1	...o organismo é auditado por entidades externas?	x					
6.1.5.2	...garante-se a análise das recomendações formuladas?	x					
6.1.5.3	...existe evidência da sua implementação?	x					
6.2	Procedimentos formalizados						
6.2.1	Existe um sistema de controlo interno global:			x			
6.2.1.1	...devidamente formalizado?						
6.2.1.2	...está implementado?						
6.2.2	Normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à estratégia:						
6.2.2.1	...existem?	x					
6.2.2.2	...verifica-se a sua adoção?	x					
6.2.3	Normas ou procedimentos que garantam a aprovação pela Direção de todas as matérias inerentes à supervisão financeira:						
6.2.3.1	...existem?	x					
6.2.3.2	...verifica-se a sua adoção?	x					
AC7	Prestação de contas						
7.1	Sistema de informação contabilístico						
7.1.1	Os registos e informação contabilística:						
7.1.1.1	...são adequadamente suportados e aprovados?	x					
7.1.1.2	...são objeto de revisão/supervisão?	x					
7.1.1.3	...qualquer mudança de critério a introduzir na preparação da informação financeira é submetida a aprovação de entidade competente?	x					
7.1.1.4	...a informação está disponível em tempo oportuno?	x					
7.1.1.5	...a informação está disponível de forma atualizada?	x					
7.1.1.6	...a informação permite a elaboração e acompanhamento de indicadores de gestão?	x					
7.1.1.7	...as informações contabilísticas são elaboradas mensalmente?	x					
7.1.1.8	...os saldos contabilísticos constantes dos outputs são verificados periodicamente?	x					
7.1.2	A aplicação de gestão financeira está integrada (e de forma permanente) com os demais aplicativos existentes, na disponibilização e cruzamento de informação financeira?	x					
7.2	Cumprimento dos requisitos legais						
7.2.1	Foram cumpridas as instruções do Tribunal de Contas quanto à organização e documentação das contas/conta de gerência (previstos nas instruções para os diferentes planos setoriais)?	x					

Área	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS _____	Ref.º
AC		Revisto por PB _____	

AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
7.2.2	Os documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o estabelecido pelo POCP (ou planos setoriais), ou outras normas contabilísticas aplicáveis?	x					
7.2.3	Os documentos de prestação de contas são elaborados e remetidos dentro dos termos e prazos legais:						
7.2.3.1	...à Tutela e ao Ministério das Finanças?	x					
7.2.3.2	...ao Tribunal de Contas?	x					
7.2.3.3	...à DGO?	x					
7.2.4	É prestada informação à DGO sobre a dívida comercial, designadamente mediante o carregamento de dados no mapa do SIGO criado para o efeito?	x					
7.2.5	Procede à prestação de informação nos termos das circulares da DGO, mantendo atualizados os dados relativos a encargos plurianuais?	x					
7.2.6	Em investimentos financeiros:			x			
7.2.6.1	...as participações detidas constam do mapa de imobilizações (anexo ao balanço e à demonstração de resultados e parte da documentação a remeter ao Tribunal de Contas)?						
7.2.6.2	...foi cumprido o dever de informação, no que respeita aos elementos que constituem o património financeiro, de acordo com as instruções aprovadas pelo Tribunal de Contas?						
7.3	Demonstrações financeiras						
7.3.1	Os documentos de prestação de contas são aprovados pelo órgão de gestão dentro dos prazos legais?	x					
7.3.2	As contas são certificadas por revisor oficial de contas?			x			
7.3.3	Nos seus pareceres, o revisor oficial de contas não tece considerações negativas sobre a fiabilidade e veracidade da informação financeira do organismo?			x			
7.3.4	Foi dado cumprimento às competências do Fiscal Único (quando aplicável)?			x			
7.3.5	No reporte mensal/trimestral da execução orçamental, existe qualidade na informação reportada nessa base periódica?	x					
7.3.6	Esse reporte periódico é acompanhado pelo relatório do órgão de gestão/fiscalização?			x			
7.3.7	O mapa de fluxos de caixa é coincidente com o mapa da conta de gerência?	x					
7.3.8	Os mapas de prestação de contas:						
7.3.8.1	...refletem de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental da receita e despesa?	x					
7.3.8.2	...a informação é coerente com os balancetes analíticos ao nível da receita e da despesa?	x					
7.3.9	Existem responsabilidades atribuídas quanto à obtenção de informação e dados anexos à prestação de contas?	x					
7.3.10	Não se verificam erros de contabilização materialmente relevantes pela incorreta aplicação de critérios contabilísticos?	x				Não se verificam erros	
7.3.11	Os registos contabilísticos e outros elementos utilizados na informação financeira constante da prestação de contas, resumem de forma adequada os factos económicos ocorridos ao longo do ano?	x					
7.3.12	Os mapas da execução orçamental refletem de forma fidedigna a execução orçamental do organismo?	x					
7.3.13	O organismo adota procedimentos que:						

Área AC	 Conselho Coordenador Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado	Preparado por SS _____ Revisto por PB _____	Ref.º
-------------------	---	--	-------

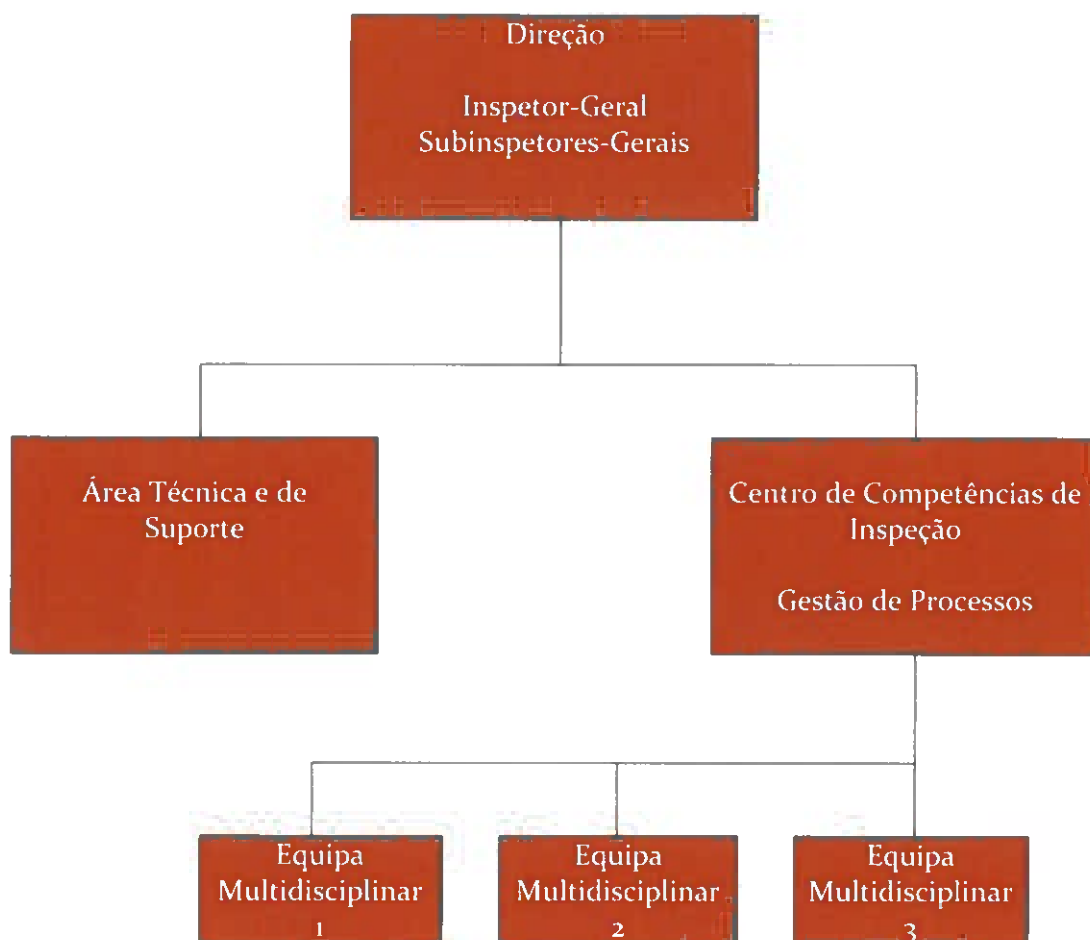
AUDITORIA AOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

AC - Ambiente de controlo

N.º	Processos e controlos-chave	S	N	N/A	Legislação	Observações	Ref.º
7.3.13.1	...permitam um reporte atualizado sobre a evolução da despesa face ao orçamentado?	X					
7.3.13.2	...justifiquem desvios e/ou variações significativas?	X					
7.3.14	Foram seguidos os procedimentos relativos ao encerramento de contas:						
7.3.14.1	...na contabilidade orçamental?	X					
7.3.14.2	...na contabilidade patrimonial?	X					
7.3.14.3	...foi efetuada a contagem física e presencial dos valores em cofre?	X					
7.3.14.4	...é utilizada a conta 118 para registo dos movimentos dos fundos de maneo da instituição?	X				O registo dos movimentos de fundo de maneo é efetuado em GerFIP	
7.3.14.5	...no final do ano é encerrada a conta 118 (restituição/regularização)?	X					
7.3.15	Foram seguidos os procedimentos relativos à abertura das contas:						
7.3.15.1	...na contabilidade orçamental?	X					
7.3.15.2	...na contabilidade patrimonial?	X					



Anexo VI – Organograma 2021





Anexo VII

Questionário de satisfação dos colaboradores



Questionário de satisfação para colaboradores

Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e
Segurança Social (IGMTSSS)

Março 2022

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador percebe a IGMTSSS de modo a aferir o grau de satisfação com esta e de motivação sobre as atividades que desenvolve.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível apostar numa melhoria contínua.

Não há **respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

1. Satisfação global dos colaboradores com a organização						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Imagem da IGMTSSS						
Desempenho global da IGMTSSS						
Papel da IGMTSSS na sociedade						
Relacionamento da IGMTSSS com os cidadãos e a sociedade						
Forma como a IGMTSSS gere os conflitos de interesses						
Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respetiva missão.						
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão						
Envolvimento dos colaboradores em atividades de melhoria						
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

2. Satisfação com a direção e sistemas de gestão						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Aptidão da liderança para conduzir a IG <i>(estabelecer objetivos, afetar recursos, monitorizar o andamento dos projetos...)</i>	Direção					
	Chefes de Equipa					
Aptidão da direção para comunicar	Direção					
	Chefes de Equipa					
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado						
Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados						
Forma como a IG recompensa os esforços individuais						
Forma como a IG recompensa os esforços de grupo						
Atitude da IG perante a mudança e a modernização						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

3. Satisfação com as condições de trabalho

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Ambiente de trabalho						
Modo como a IG lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais						
Horário de trabalho						
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais						
Possibilidade de conciliar o trabalho com assuntos relacionados com a saúde						
Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais						
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção						
Igualdade de tratamento na IG						

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira

Satisfação com...	Grau de Satisfação					O que falta para que o seu grau de satisfação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Política de gestão de recursos humanos existente na IG						
Oportunidades criadas pela IG para desenvolver novas competências						
Ações de formação que realizou até ao presente						
Mecanismos de consulta e diálogo existentes na IG						
Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização						

1 = Muito desmotivado, 2 = Desmotivado, 3 = Pouco Motivado, 4 = Motivado e 5 = Muito Motivado.

5. Níveis de motivação

Motivação para...	Grau de Motivação					O que falta para que o seu grau de motivação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Aprender novos métodos de trabalho						
Desenvolver trabalho em equipa						
Participar em ações de formação						
Participar em projetos de mudança na IG						
Sugerir melhorias						

C= Concordo; D= Discordo
 1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

6. Satisfação com o estilo de liderança*								
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
			1	2	3	4	5	
A direção de topo...								
Lidera através do exemplo								
Demonstra empenho no processo de mudança								
Aceita críticas construtivas								
Aceita sugestões de melhoria								
Delega competências e responsabilidades								
Estimula a iniciativa das pessoas								
Encoraja a confiança mútua e o respeito								
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança								
Promove ações de formação								
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas								
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa								
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
			1	2	3	4	5	
O Chefe de Equipa Multidisciplinar...								
Lidera através do exemplo								
Demonstra empenho no processo de mudança								
Aceita críticas construtivas								
Aceita sugestões de melhoria								
Delega responsabilidades								
Estimula a iniciativa das pessoas								
Encoraja a confiança mútua e o respeito								
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança								
Promove ações de formação								
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas								
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa								

* Este quadro tem dois objetivos: serve para complementar o diagnóstico do subcritério 1.3 (Fase Executar), uma vez que questiona os colaboradores sobre a existência de um conjunto de práticas de liderança (coluna Concordo e Discordo). Por outro lado, em relação ao mesmo subcritério, avalia o grau de satisfação dos colaboradores com o estilo de liderança (Fase Rever). O resultado do tratamento dos dados relativamente a este quadro deve ser integrado no diagnóstico do subcritério 1.3.

1 = Muito Insatisfeito, 2 = Insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = Satisfeito e 5 = Muito Satisfeito.

7. Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Equipamentos informáticos disponíveis						
Software disponível						
Equipamentos de comunicação disponíveis						
Condições de higiene						
Condições de segurança						

Muito obrigado pela sua colaboração.



Anexo VIII

Resultados do questionário de satisfação dos colaboradores



Satisfação com...	1 - muito insatisfeito	2 - insatisfeito	3 - pouco satisfeito	4 - satisfeito	5 - muito satisfeito	Sem opinião	Questionários	
1. Satisfação global dos colaboradores com a organização								
Imagem da IGMTSSS		1		5	4		10	
Desempenho global da IGMTSSS		1		6	2	1	10	
Papel da IGMTSSS na sociedade			2	4	3	1	10	
Relacionamento da IGMTSSS com os cidadãos e a sociedade			3	3	3	1	10	
Forma como a IGMTSSS gere os conflitos de interesses	1	1	4	3	1		10	
Nível de envolvimento dos colaboradores na IG e na respetiva missão			3	4	2	1	10	
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão	1	2	3	3	1		10	
Envolvimento dos colaboradores em atividades de melhoria			5	1	3	1	10	
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e dirigentes	1	2	3	3	1		10	
2. Satisfação com a direção e sistemas de gestão								
Aptidão e liderança para conduzir a IG (estabelecer objetivos, afetar recursos, monitorizar o andamento dos projetos...)	Direção	1	1	4	3	1	10	
	Chefes de Equipa		1	5	2	2	10	
Aptidão da direção para comunicar	Direção	1	1	1	3	3	1	10
	Chefes de Equipa			1	5	2	2	10
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implem.	1	1	2	1	4	1	10	
Forma como os objetivos individuais e partilhados são fixados	1	1	2	2	3	1	10	
Forma como a IG recompensa os esforços individuais	1	2	3	1	2	1	10	
Forma como a IG recompensa os esforços de grupo	1	2	1	4	1	1	10	
Atitude da IG perante a mudança e a modernização		2	2	2	3	1	10	
3. Satisfação com as condições de trabalho								
Ambiente de trabalho			1	4	5		10	
Modo como a IG lida com os conflitos, queixas ou problemas pessoais			2	4	3	1	10	
Horário de trabalho				2	8		10	
Possibilidade de conciliar o trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais			1	2	7		10	
Possibilidade de conciliar o trabalho c/assuntos relacionados com a saúde		1		1	8		10	
Igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de novas competências profissionais		1	1	3	4	1	10	
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção	1	1		2	4	2	10	
Igualdade de tratamento na IG		1	1	3	4	1	10	
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira								
Política de gestão de recursos humanos existentes na IG		2		5	2	1	10	
Oportunidades criadas pela IG para desenvolver novas competências	1			8		1	10	
Ações de formação que realizou até ao presente	1		1	5	2	1	10	
Mecanismos de consulta e diálogo existentes na IG	1	2		4	2	1	10	
Nível de conhecimento que tem dos objetivos da organização		2		5	2	1	10	
5. Níveis de motivação								
Motivação para...	1 - muito desmotivado	2 - desmotivado	3 - pouco motivado	4 - motivado	5 - muito motivado	6 - sem opinião		
Aprender novos métodos de trabalho			1	3	5	1	10	
Desenvolver trabalho em equipa				4	5	1	10	
Participar em ações de formação		1		2	7		10	
Participar em projetos de mudança na IG		2	1	2	4	1	10	
Sugerir melhorias		1	2	3	3	1	10	



6. Satisfação com o estilo de liderança										
Satisfação com...	Concordo	Discordo	Sem opinião	1 - muito insatisfeito	2 - insatisfeito	3 - pouco satisfeito	4 - satisfeito	5 - muito satisfeito	6 - sem opinião	Questionários
O dirigente de topo...										
Lidera através do exemplo	5	1	4	1			5	4		10
Demonstra empenho no processo de mudança	4	2	4	1		2	3	3	1	10
Aceita críticas construtivas	4	2	4	1		3	2	3	1	10
Aceita sugestões de melhoria	4	2	4	1		3	2	3	1	10
Delega competências e responsabilidades	4	2	4	1	1	2	2	4		10
Estimula a iniciativa das pessoas	4	2	4	1	1	3	1	3	1	10
Encoraja a confiança mútua e o respeito	4	2	4	1	1	2	2	4		10
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	4	2	4	1		3	2	3	1	10
Promove ações de formação	5	1	4	1	1	1	3	3	1	10
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas	4	2	4	2	1	1	2	3	1	10
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	4	2	4	1	1		4	4		10
O Chefe de Equipa Multidisciplinar										
Lidera através do exemplo	5		5			1	4	2	3	10
Demonstra empenho no processo de mudança	4	1	5			3	3	1	3	10
Aceita críticas construtivas	5		5		1	1	3	2	3	10
Aceita sugestões de melhoria	5		5			2	3	2	3	10
Delega responsabilidades	4	1	5		1	2	3	1	3	10
Estimula a iniciativa das pessoas	5		5			1	4	2	3	10
Encoraja a confiança mútua e o respeito	5		5			2	1	4	3	10
Assegura o desenvolvimento de uma cultura de mudança	4	1	5			3	2	2	3	10
Promove ações de formação	5		5			1	4	2	3	10
Reconhece e premeia os esforços individuais e das equipas	3	2	5		1	2	2	2	3	10
Adequa o tratamento dado às pessoas, às necessidades e às situações em causa	5		5			1	2	4	3	10
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança e equipamentos										
Equipamentos informáticos disponíveis							2	8		10
Software disponível							2	8		10
Equipamentos de comunicação disponíveis						1	2	7		10
Condições de higiene							6	3	1	10
Condições de segurança						1	5	3	1	10



Anexo IX

Ações realizadas/desenvolvidas em 2021



Processo	Designação	Trabalho de Terreno a 31/12/2021	Situação a 31/12/2021	Situação a 31/03/2022
10/2018	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento da Autoridade para as Condições do Trabalho (área de despesas com pessoal)	Concluído	Relatório Homologado	Relatório Homologado
01/2019	Auditoria ao Instituto de Emprego e Formação Profissional no âmbito da contratação de espaços para formação	Concluído	Em elaboração relatório definitivo	Em elaboração relatório definitivo
07/2019	Auditoria à gestão e funcionamento das famílias de acolhimento de idosos e de pessoas adultas com deficiência	Concluído	A aguardar homologação	Relatório Homologado
12/2019	Auditoria às Despesas com Trabalho Suplementar, Ajudas de Custo, Transportes e Alojamento - Gabinete de Estratégia e Planeamento	Concluído	Relatório Homologado	Relatório Homologado
14/2019	Auditoria às Despesas com Trabalho Suplementar, Ajudas de Custo, Transportes e Alojamento - Instituto da Segurança Social, IP	Concluído	Relatório Homologado	Relatório Homologado
24/2019	Auditoria à gestão do património - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Concluído	A aguardar homologação	A aguardar homologação
27/2019	Auditoria à atribuição e gestão do subsídio de educação especial	Concluído	Relatório Homologado	Relatório Homologado
29/2019	Auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento - Instituto de Informática (área da contratação pública)	Concluído	A aguardar homologação	Relatório Homologado
30/2019	Auditoria ao sistema de gestão, acompanhamento e controlo dos Lares Residenciais no distrito de Faro	Concluído	A aguardar homologação	A aguardar homologação
12/2020	Auditoria à Gestão dos Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Em curso	Em curso	Em curso
13/2020	Auditoria ao Sistema de Informação de Pensões (2011-2019)	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
14/2020	Auditoria ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais (PROCOOP)	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em contraditório
15/2020	Auditoria à gestão e funcionamento da Associação Mutualista - Associação Oliveirense de Socorros Mútuos	Concluído	Em elaboração relatório definitivo	Relatório Homologado
16/2020	Auditoria à gestão e atribuição dos apoios no âmbito da proteção jurídica	Concluído	A aguardar homologação	Relatório Homologado
17/2020	Auditoria ao acompanhamento efetuado pelo IEFP às entidades formadoras externas	Concluído	A aguardar homologação	A aguardar homologação
01/2021	Auditoria à medida de formação para pessoas com deficiência e incapacidade - ações em cooperação	Concluído	A aguardar homologação	Em elaboração relatório provisório
04/2021	Auditoria ao subsídio por assistência de 3.ª pessoa	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
05/2021	Auditoria à gestão e funcionamento da Associação Mutualista O Legado do Caixa Alentejano	Concluído	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
09/2021	Auditoria à admissão de utentes em creches financiadas pelo sistema de segurança social	Concluído	A aguardar homologação	Relatório Homologado
10/2021	Auditoria à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa enquanto entidade obrigada no âmbito da prevenção e combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo	Em curso	Em elaboração relatório provisório	Em elaboração relatório provisório
11/2021	Auditoria à formação e execução dos contratos públicos - Fundação INATEL	Em planeamento	Em curso	Em curso
12/2021	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social ao Instituto de São Miguel	Em planeamento	Em curso	Em curso
13/2021	Auditoria aos apoios concedidos pela Segurança Social ao Nucleol Jean Piaget - Associação para o Desenvolvimento da Criança, a Integração e a Solidariedade	Em planeamento	Em planeamento	Em curso
14/2021	Ao Sistema de gestão, acompanhamento e controlo dos Serviços de Apoio Domiciliário	Suspensa	Suspensa	Suspensa
15/2021	A gestão das contribuições das entidades empregadoras	Em curso	Em curso	Em curso
16/2021	A prescrição de dívida de contribuições e quotizações	Em curso	Em curso	Em curso



Anexo X

Principais deficiências detetadas - Áreas



Anexo X - Áreas onde foram detetadas as principais deficiências

Área Auditada	Relatório	Sist. de Informação / Controlo Interno	Definição e alcance competências	Prazos de execução	Acompanhamento da execução	Articulação entre serviços	Funcionamento dos serviços	Incumprimento normativos legais	Assistência de uniformidade de procedimentos	Gestão financeira (económica)	Valores incrementais	Beneficiários / Indivíduos	Prestação de serviços / Relatores e entidades	Recursos Humanos	Contratação Pública	Património / Instalações
A Gestão e Funcionamento da Associação Mutualista - Associação Obitervense de Socorros Mútuos	19/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão e Funcionamento da Associação Mutualista O Legado do Casarão Alentejano	06/2021	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão e atribuição dos apoios no âmbito da proteção pública	12/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controlo de Acções Alpinas	07/2022	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Planos preventivos celebrados no âmbito dos processos executivos	16/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Documento na área da contratação pública - Instituto de Higiene e Saúde	01/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Lotação de Interligação - Associação Mutualista	09/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Cursos de Educação e Formação de Adultos no âmbito do IEP	06/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As apoios concedidos pela Agrupada de Saúde a Associação do Porto de Parafusos Cerebrais	11/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Documento na área das despesas com o pessoal (PAT)	02/2021	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Fundos de Reabilitação do Setor Saúde	12/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controlo dos Lares de Infância e Juventude	01/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As pessoas de apoio e unidades atribuídas pelo Centro Nacional de Prevenção	06/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão de Contribuições no âmbito do Seguro Social Voluntário	07/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Atribuição e Gestão das Contribuições por Dependência e por Cuidado a Cargo	09/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Atribuição e Gestão de Subsídios de Educação Especial	06/2021	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Pessoas de Subscrição no âmbito de Instrumentos Internacionais	10/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão de Contribuições do Centro Distrital de Guarda	09/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista	09/2021	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema e aos Procedimentos de Controlo Interno das Operações de Execução do Documento do Centro de Educação e Formação Profissional Integrada	12/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Despesas com Trabalho Suplementar, Apoios de Custos, Transportes e Alojamento - GEP, IGRANS e INS	01/2020 e 03 e 04/2021	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Cumprimento pelo Centro Distrital de Euxos das normas e orientações em vigor no contexto do surto de COVID-19 na ERPI da Fundação Maria Piedrola Vigário Silva	04/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



Anexo XI

Principais recomendações formuladas - Áreas



Anexo XI - Ações onde foram formalizadas as principais recomendações

Área Atendida	Relatório	Formas de Implementação												
		Instrumentos de Planejamento	Monitoramento / Informes	Monitoramento Interno	Envolvimento de membros externos	Parcerias Terceiros	Contratação Pública	Atuação em Redes	Grupos Temáticos / Circulares	Atuação em Redes	Atuação em Redes	Atuação em Redes		
A Gestão e Fomento da Associação Maratense - Associação Olferece de Serviços Múltiplos	15/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão e Fomento da Associação Maratense O Legado do Cacau Alentejano	16/2018		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A gestão e atribuição de apoio no âmbito da preservação jurídica	12/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controle de Atendimentos	07/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Planos pessoais celebrados no âmbito do processo executivo	08/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema e os Procedimentos de Controle Interno das Operações de Execução do Orçamento na área da contratação pública - Instituto de Informática	01/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Lotação de Pessoal - Associação Maratense	09/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Cursos de Educação e Formação de Adultos no âmbito do IEP	06/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As ações concedidas pelo Segurança Social à Associação do Povo de Parafusa (Crebra)	01/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema e os Procedimentos de Controle Interno das Operações de Execução do Orçamento na área das despesas com o pessoal (AC1)	03/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Fundo de Recrutamento do Sector Saúde	12/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controle dos Lotes de Informática e Periféricos	10/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Planos de melhorias atribuídas pelo Centro Nacional de Planos	05/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão de Contribuições no âmbito do Seguro Social Voluntário	07/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Atribuição e Gestão das Complementos por Dependência e por Cópia de Cargo	05/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Atribuição e Gestão do Subsídio de Educação Especial	06/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Planos de Supervisão no âmbito de Instrumentos Internacionais	09/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Gestão de Contribuições do Centro Inicial da Guarda	05/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
A Maternidade de Santa Maria - Associação Maratense	09/2019	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Sistema e os Procedimentos de Controle Interno das Operações de Execução do Orçamento do Centro de Educação e Formação Profissional Integrado	12/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Despesas com Trabalho Suplementar, Ajuda de Custo, Transportes e Alojamento - GEP, IGCS e ISS	01/2019 e 04/2018	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
As Procedimentos do Centro Inicial de Luta das Normas e orientações em vigor no contexto do surto de COVID-19 na EMEI da Fundação Maria Perdigão Virgido Nóbrega	04/2020	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



Anexo XII

Responsabilidade Social - Indicadores



ANEXO XII - Indicadores benchmarking Rede PorTodos

Área de Responsabilidade Social	Indicador	Resultado 31/12/2021	Observações
Direitos Humanos	% de colaboradores por género	51 % mulheres e 49 % homens	45 colaboradores a 31/12/2021
	% de colaboradores em funções de chefia por género	50,0 % mulheres e 50,0 % homens	6 posições de chefia ou direção
	% de pessoas com deficiência ou incapacidade integradas nos quadros, por género *	2%	1 colaborador
	% de pessoas com deficiência ou incapacidade com funções de chefia, por género *	0%	
Práticas Laborais	% de trabalhadores/as com horário flexível, por género	53 % mulheres e 47 % homens	34 dos 41 colaboradores. Restantes horários (5 horários de jornada contínua e 6 isenções de horário)
	% de trabalhadores/as com horário a tempo parcial, por género	0,00%	
	Taxa de absentismo por género	1,44 % mulheres e 1,26 % homens	Taxa absentismo global - 2,7%
	Grau de concretização do plano de formação	100%	IGMTSSS
	Nº médio de horas de formação por colaborador, por género	37 horas formação mulheres e 31 horas formação homens	Média de 34 horas de formação por colaborador
	Nº de acordos de negociação coletiva	0	
	Taxa de concretização das consultas de medicina no trabalho	35%	
	Nº de rastreios de saúde realizados	0	
	Nº de trabalhadores/as que participam nos rastreios de saúde, por género	0	
	Nº de auditorias de segurança e saúde no trabalho	1	
	Nº de ações de promoção de bem-estar (Tipo de ações que o organismo desenvolve com este objetivo, tais como workshops, ginástica, mensagens, iniciativas culturais, etc.)	0	
	Nº de estágios, por género	0	
	Nº de projetos e iniciativas que visam a promoção da conciliação da atividade profissional com a vida familiar, com indicação de quais	0	
Ambiente	Volume de plástico separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m ³ /a)	0,24 m ³	
	Volume de papel separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m ³ /a)	3,1 m ³	
	Volume de pilhas separado e entregue para reciclagem (kg/a ou m ³ /a)	5,9 Kg	
	Nº de toners separados e entregues para reciclagem	não aplicável	
	Quantidade de água consumida (m ³) por utilizador/a	5,10	m ³ por utilizador
	Kw de energia consumidos nas instalações por utilizador/a	1017	Kw por utilizador
	Consumo de combustíveis na frota própria (média por viatura)	477	Litros por viatura (média de 5,89/100)
	Nº de viaturas elétricas	0	
Práticas operacionais justas	Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	23,6	
Comunidade	Rácio de participação em campanhas de doação sangue (nº de colaboradores/as que participaram/nº total de colaboradores/as)	0%	
	Nº de campanhas de solidariedade em que o organismo participou/organizou	0	
	Nº de protocolos/parcerias estabelecidos com partes interessadas	0	
	Nº de horas de voluntariado organizacional por colaborador/a	0	

* São considerados pessoas com deficiência ou incapacidade todos/as os/as colaboradores/as com % de incapacidade igual ou superior a 60%



Anexo XIII

Balanço Social

(em volume próprio)



Anexo XIV

Ações de formação 2021



**AÇÕES DE FORMAÇÃO
ANO: 2021**

Áreas de Formação (1)	Designação das Ações	Nº de horas por Ação	Nº de Participações	Volume de Formação	Entidade Formadora	Custos
090	Falar em público e técnicas de apresentação Laboratório de Liderança - Das ideias as soluções e às práticas de inovação Workshop - Comunicação escrita clara	21 4 3	1 1 1	21 4 3	SGMTSS INA SGMTSS	
140	Formador à distância - e-learning Formação pedagógica inicial de formadores	60 96	2 1	120 96	IEFP IEFP	
343	Projetos de investimento Métodos e técnicas de análise económica e financeira	25 50	1 1	25 50	C4G - Consulting and training network C4G - Consulting and training network	
344	Auditoria interna com base no risco Processamento de venc. e outros abonos - 2ª edição (on-line) Visto prévio e efetuação de responsabilidade pelo Tribunal de Contas (on-line) Auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade em Serviços Públicos - aplicação prática	14 21 12 14	3 1 1 1	42 21 12 14	SGMTSS IGAP - Inst. Gestão e Adm. Pública IGAP - Inst. Gestão e Adm. Pública IGAP - Inst. Gestão e Adm. Pública	
345	Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego Introdução à Segurança da Informação Classificada A União Europeia - Construção e Funcionamento Formação financeira no local de trabalho - e-learning Webinar "Sustentabilidade Ambiental - Desafios e Boas práticas"	3 6 3 8,25 1,66	1 1 1 4 1	3 6 3 33 1,66	IEFP/CITE Autoridade Nacional Segurança INA SGMTSS SGMTSS	
347	Webinar- Teletrabalho no Pós-Covid e conciliação da vida profissional, pessoal e familiar - o direito a desligar Planeamento Estratégico em Ambiente de Incerteza Curso de formação teórico de ingresso na carreira de inspeção	2 20 51	2 1 6	4 20 306	SGMTSS SGMTSS Inspeção-Geral	
380	Código do Procedimento Administrativo para juristas Códigos dos Contratos Públicos Contratação Pública - elaboração de cadernos de encargos nas TIC Contratação Pública para projetos cofinanciados - alteração recente ao CCP CPA - Código do Procedimento Administrativo - Zoom Férias, faltas e licenças LEO, principais novidades 2021-Prespetsivação de subseqüentes implementações RGPD - Regime geral proteção de dados SIADAP	20 20 12 12 20 21 12 21 14	4 3 2 1 3 1 2 3 15	80 60 24 12 60 21 24 63 224	SGMTSS SGMTSS SGMTSS SGMTSS SGMTSS SGMTSS SGMTSS SGMTSS SGMTSS	
462	Webinar - A Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021 Formação executiva em Big Data & Business Analytics	8 32	15 1	120 32	ICIP - Inst. Ciências Jurídico-Políticas Nova School of Business & Economics	300
482	Smartdocs	4	4	16	Inspeção-Geral	
Áreas de Formação:						300
090 - Desenvolvimento pessoal						85
140 - Formação de professores/formadores e ciências da educação						1520,66
343 - Finanças, banca e seguros						347 - Enquadramento na organização
344 - Contabilidade e Fiscalidade						380 - Direito
345 - Gestão e Administração						462 - Estatística
						482 - Informática

